



Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla
ISCED – HUÍLA

**O CONTRIBUTO DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA PARA A
VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA LÍNGUA UMBUNDU: UM
ESTUDO DE CASO JUNTO A COMUNIDADE RELIGIOSA DO
TEMPLO CENTRAL NA CIDADE DO LUBANGO**

Autor: Carlos Sitóngua Ngangawe

Lubango
2022



Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla
ISCED – HUÍLA

**O CONTRIBUTO DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA PARA A
VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA LÍNGUA UMBUNDU: UM
ESTUDO DE CASO JUNTO A COMUNIDADE RELIGIOSA DO
TEMPLO CENTRAL NA CIDADE DO LUBANGO**

Trabalho apresentado para a obtenção do Grau de Licenciado em Ensino da
História

Autor: Carlos Sitóngua Ngangawe

Orientador: MsC, Lucas Tchicoco

Lubango

2022



Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla
ISCED – HUÍLA

DECLARAÇÃO DE AUTORIA DO TRABALHO DE LICENCIATURA

Tenho consciência que a cópia ou plágio, além de poderem gerar responsabilidade civil, criminal e disciplinar, bem como reprovação ou retirada do grau, constituem uma grave violação da ética académica.

Nesta base Eu, Carlos Sitóngua estudante finalista do Instituto Superior de Ciências da Educação da Huíla (ISCED-HUÍLA) curso de ENSINO DA HISTÓRIA do Departamento de Ciências Sociais e educação, declaro, por nossa honra ter elaborado este trabalho, só e somente com o auxílio da bibliografia que tivemos acesso e dos conhecimentos adquiridos durante à nossa carreira estudantil e profissional.

Lubango, Dezembro de 2022

Autor

Carlos Sitóngua Ngangawe

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus queridos pais Celestino Ngangawe (*In memoria*) e Leonora Calumbo.

AGRADECIMENTOS

Ao sobrenatural, por tudo que tem feito em nossas vidas. Aos meus queridos pais Celestino Ngangawe (in memoria) e Leonora Calumbo. A minha querida esposa Paulina Ventura Ngangawe. As minhas queridas filhas; Jacira Ngangawe, Henriques Ngangawe, Laurindo Ngangawe, Elisa Ngangawe, Maria Ngangawe e Pedro Ngangawe.

Aos meus irmãos, Belchior Ngangawe, e Victor Ngangawe, e aos meus amigos e combatentes da labuta; Aurélio Kativa, António Julião Muteca, Eliseu Maurício, Diogo Guenje, Mário Cambissa, Felisberto Joaquim, Abílio Sicato, Isaú Maurício, e sem olvidar de uma grande entidade que mesmo em meio a várias vicissitudes, esteve ao meu lado, Diamantino Zeferino; aos meus colegas Laércio e Sebastião Francisco.

Aos meus exímios professores, que com muita paciência souberam me orientar como estudante, a destacar o Dr. Bahu, Dr. Narciso, Dr. Luís Adriano (m memória), e ao meu orientador o Dr. Lucas Tchicoco.

LISTA DE SIGLAS

IESA-Igreja Evangélica Sinodal de Angola

IELA-Igreja Luterana de Angola

RESUMO

Assim, o presente trabalho está constituído por dois capítulos: No primeiro capítulo, abordamos sobre o papel das línguas nacionais nas sociedades africanas, colonização e a cultura africana, as denominações religiosas e a importância das línguas nacionais, o papel da igreja e da escola na manutenção das línguas nacionais.

No segundo capítulo: fizemos a caracterização do município do Lubango, da igreja central do sétimo dia, falamos igualmente da igreja do sétimo dia e a valorização da língua umbundu, a igreja central do sétimo dia e as vantagens da língua umbundu, o governo angolano e os desafios das línguas nacionais em Angola, abordamos também relativamente a valorização das línguas nacionais no processo ensino aprendizagem e a língua como factor de identidade cultural.

Para o presente trabalho utilizamos os seguintes métodos: Histórico, Descritivo e Comparativo; e utilizamos também a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e como técnica de pesquisa utilizamos a entrevista.

Mostrou-se na totalidade, o valor inestimável das línguas nacionais na valorização da identidade colectiva. O recurso à entrevista, como técnica ou instrumento que visou a colecta de informações, ajudou-nos de certa maneira na elaboração deste trabalho.

Palavras-chave: Língua nacional, igreja do sétimo dia, Lubango.

Abstract

Thus, the present work consists of two chapters: In the first chapter, we discuss the role of national languages in African societies, colonization and African culture, religious denominations and the importance of national languages, the role of church and school in maintenance of national languages.

In the second chapter: we characterized the Lubango municipality, the seventh-day central church, we also talked about the seventh-day church and the appreciation of the Umbundu language, the seventh-day central church and the advantages of the Umbundu language, the Angolan and the challenges of national languages in Angola, we also address the importance of national languages in the teaching-learning process and language as a factor of cultural identity.

For the present work we used the following methods: Historical, Descriptive and Comparative; and we also used bibliographic research, documental research and as a research technique we used the interview. T

he inestimable value of national languages in the valorization of collective identity was shown in its entirety. The use of the interview, as a technique or instrument aimed at collecting information, helped us in a certain way in the elaboration of this work.

Keywords: National language, seventh-day church, Lubango.

Índice

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
LISTA DE SIGLAS	iii
RESUMO.....	iv
Abstract.....	v
INTRODUÇÃO	1
JUSTIFICAÇÃO DO TEMA	2
OBJECTO DO ESTUDO	2
OBJECTIVO GERAL.....	2
OBJECTIVOS ESPECÍFICOS.....	2
PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO.....	3
DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS CHAVE	3
OPÇÃO METODOLÓGICA	3
MÉTODO HISTÓRICO.....	4
MÉTODO DESCRITIVO.....	4
MÉTODO COMPARATIVO	4
TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO	4
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA.....	4
PESQUISA DOCUMENTAL.....	4
TÉCNICA DE PESQUISA	5
ENTREVISTA.....	5
CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	7
1.1 Estado da Arte.....	7
1.2 O Papel das Línguas Africanas	8
1.2.1 A Colonização face a Cultura africana	12

1.4. As denominações religiosas e a importância das Línguas nacionais em Angola	16
1.5 O Papel da Escola e da Igreja na manutenção das línguas Nacionais	20
CAPÍTULO II: O CONTRIBUTO DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA PARA A VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA LÍNGUA UMBUNDU: UM ESTUDO DE CASO JUNTO A COMUNIDADE RELIGIOSA DO TEMPLO CENTRAL NA CIDADE DO LUBANGO	21
2. 1. Localização Geográfica do município do Lubango	21
2.2. Caracterização da Igreja Central do 7º dia do Lubango	22
2.3. A igreja do 7º dia e Valorização da língua Umbundu	22
2.4. A Igreja Central do 7º dia e as Vantagens da língua Umbundu	27
2.3 O Governo e as Línguas Nacionais.....	34
2.3 A valorização das Línguas Nacionais no Processo de Ensino-aprendizagem	37
2.4. A Língua Como Factor de Identidade.....	41
2.5 Política linguística no Pós-Independência	45
CONCLUSÕES	49
SUGESTÕES.....	50
BIBLIOGRAFIA	52

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Os diferentes contactos que o continente teve com Europa, durante os séculos passados, acabaram, no plano linguístico, numa situação diversificada e complexa. Diversificada por que o resultado foi ou a conservação da língua europeia de contacto, ou uma das suas formas vulgarizadas ou crioulizadas. Complexa pela simples razão de que mesmo sendo estrangeiras, do ponto de vista da sua origem (indo-europeia), essas novas situações linguísticas são assumidas quer pelos autóctones quer por pessoas que integraram as comunidades africanas desde há séculos atrás.

A língua, é por essência, ao mesmo tempo, unidade e diversidade. Unidade pela intercompreensão mesmo com as diferenciações que se podem notar no seio duma língua e ao mesmo tempo diversidade pela existência das diferenças de ordem individual, social, regional.

uma língua não é apenas um canal de comunicação entre os membros de uma comunidade, mas envolve todo um património de conhecimentos e formas culturais transmitido ao longo de séculos e que se perderia se ela deixasse de ser falada. Impõe-se por essa razão que se dê um estatuto científico às diversas línguas no nosso país e que as mesmas sejam introduzidas nos programas de ensino e nos órgãos de comunicação social das regiões em que são faladas para permitir a vigência na actualidade e a transmissão às gerações futuras da riqueza humana e moral que lhes está associada.

A diversidade cultural das várias etnias, em Angola, é objecto de vários estudos. Essa diversidade pressupõe um conhecimento da História de África. O termo *Bantu*, significa *Seres Humanos* ou simplesmente, *Pessoas*, cujo singular é *Muntu*. As Línguas africanas faladas, em Angola, são em grande parte da origem Bantu e possuem um parentesco, pelas semelhanças fonológicas e morfológicas que apresentam.

No entanto, entendemos que, o estudo específico de uma língua nacional africana angolana, seria um factor facilitador. Deste modo, o presente trabalho tem como tema: **O Contributo da igreja adventista do 7º dia para a valorização e**

promoção da língua umbundu: um estudo de caso junto a comunidade religiosa do templo central na cidade do Lubango.

DELIMITAÇÃO DO TEMA

A delimitação do objecto de estudo e a justificação do tema tem como preocupação o desenvolvimento das línguas nacionais, pois constituem um veículo fundamental para construção de uma nação e a identificação de um determinado povo. O nosso trabalho aborda relativamente o contributo da igreja adventista do dia para a valorização e promoção da língua umbundu: o caso da comunidade religiosa do templo central na cidade do Lubango.

JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O presente tema revela-se importante, e chamou a nossa atenção em aprofundá-lo visto que tem-se notado um certo receio por parte de nossa juventude. E o papel ou o contributo da igreja do 7º dia deve ser importante para a valorização e promoção das línguas nacionais.

OBJECTO DO ESTUDO

O contributo da igreja adventista do dia para a valorização e promoção da língua umbundu: o caso da comunidade religiosa do templo central na cidade do Lubango.

CAMPO DE ACÇÃO: Município do Lubango

OBJECTIVO GERAL

- Analisar: o contributo da igreja central do 7º dia na valorização e promoção da língua Umbundu.

Objectivos Específicos

- Descrever o contributo da igreja adventista do 7º dia para a valorização e promoção da língua umbundu: o caso da comunidade religiosa do templo central na cidade do Lubango;
- Explicar a importância das línguas nacionais em Angola;

- Compreender o papel dos fiéis da igreja do 7º dia quanto a valorização das línguas nacionais.

PROBLEMA DE INVESTIGAÇÃO

Segundo Gil (2008) problema científico é qualquer questão não resolvida e que é objecto de discussão em qualquer domínio do conhecimento.

Como problema de investigação, traçamos o seguinte: Que contributo à igreja do 7º dia tem dado para a valorização e promoção das línguas nacionais?

DEFINIÇÃO DOS CONCEITOS CHAVE

Línguas Nacionais: Língua nacional é aquela falada num determinado território que, por reflectir uma determinada herança étnico-cultural, representa um elemento caracterizador de uma consciência nacional¹.

Igreja do 7º dia central: A igreja do 7º dia central, está localizada no bairro Lucrécia na cidade do Lubango, concretamente na província da Huíla.

Lubango: Lubango é uma cidade e município de Angola, capital da província da Huíla. Segundo as projeções populacionais de 2018, ela conta com uma população de 876 339 habitantes e área territorial de 3147 km, sendo o mais populoso município da província da Huíla., da região do sul de Angola².

OPÇÃO METODOLÓGICA

Podemos entender metodologia como um conjunto de procedimentos no qual os questionamentos são utilizados com critérios de carácter científico, para termos fidedignidade dos dados, envolvendo princípios e normas que possam orientar e possibilitar condições ao pesquisador, na realização de seus trabalhos, para que o resultado seja confiável e tenha maior possibilidade de ser generalizado para outros casos (Casarotto e Dill, 2006, p.12).

¹Google Www.Com. Acessado no dia 24 de Janeiro de 2021, 21:47

²Google Www.Com. Acessado no dia 18 de Março de 2022, às 08:41

Método Histórico

Método Histórico: consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje. Para melhor compreender o papel que atualmente desempenham na sociedade, remonta aos períodos de sua formação e de suas modificações (Shitisuka *et al*, 2018).

Método Descritivo

Canastra e Vilanculos (2015), o método descritivo, um dos métodos é, habitualmente, usado para descrever a realidade estudada; é como se tirasse uma fotografia, para dar conta da realidade como ela aparece ou como si impõe aos indivíduos, num certo momento ou tempo.

Método Comparativo

O método Comparativo é utilizado tanto para comparações de grupos no presente, no passado, ou entre os atuais e os do passado, quanto entre sociedades de iguais ou de diferentes estágios de desenvolvimento (Shitisuka *et al*, 2018).

TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

Pesquisa Bibliográfica

Pesquisa bibliográfica é a etapa da pesquisa em que o pesquisador faz a busca dos referenciais teóricos pertinentes à questão-problema do seu estudo. Essa busca é realizada em materiais como livros, periódicos e jornais científicos impressos ou digitais localizados em bibliotecas ou em base de dados (Moura, 2015, p.10).

Pesquisa Documental

A pesquisa documental visa colectar elementos relevantes para o estudo em geral ou para a realização de um trabalho em particular. É aquela realizada a partir da consulta a documentos e registros que confirmam determinado facto, ou seja, de documentos considerados cientificamente autênticos (Martins, 2010, p. 86).

TÉCNICA DE PESQUISA

A técnica da pesquisa trata dos procedimentos práticos que devem ser adotados para realizar um trabalho científico, qualquer que seja o método aplicado Neto (2005, p. 39).

Entrevista

A entrevista é uma conversação efetuada face a face de maneira metódica e seu objetivo é o de proporcionar ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária. É, portanto, uma técnica alternativa para se coletar dados não documentados sobre um determinado tema. Para maior segurança e fidedignidade, elas devem ser gravadas e depois transcritas. Quando utilizadas para comprovação de dados ou complementação de trabalhos acadêmicos devem figurar como apêndices do trabalho de pesquisa (Martins, 2010, p. 88).

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO I: FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 - Estado da Arte

No presente trabalho apresentamos alguns teóricos que abordaram sobre a valorização das línguas nacionais com vista a dar maior relevância ao nosso estudo. Dentre eles destacamos: Mudimbe (1988), Costa, (2014), Silvestre (2014), Ndombele, (2017) Chicumba (2019)

Valentin Mudimbe, (1988) na sua obra cujo título é: *A Invenção da África*, falando sobre a valorização das línguas nacionais, afirma que com o colonialismo, as novas organizações sociais introduzidas no continente durante essa fase desestruturaram de forma expressiva as sociedades africanas. Nesta fase contribuíram muito para várias dicotomias, como a desvalorização da oralidade, a importância das línguas africanas dentro das suas sociedade, a religião, e outros factores. Mas, urge nos tempos actuais, resgatar e dar grande importância nas línguas locais pois elas constituem a alma e o sentido existencial de um determinado povo.

Renata Jesus da Costa (2014), na sua dissertação com o tema: *Colonialismo e género entre os Ovimbundu: relações de poder no Bailundo (1880-1930)* diz que devemos partir da constante valorização das diferentes línguas africanas de Angola, até aqui designadas “línguas nacionais”, talvez de forma indevida, pois nunca ultrapassam o âmbito regional e várias vezes se estendem para além das nossas fronteiras.

Filipe Gomes Silvestre (2014), na sua obra com o título: *Relações entre Línguas Oficiais e Línguas Locais na Escola*; diz que no contexto cultural, os povos de Angola enfrentam heranças das políticas coloniais na medida em que ainda se referem aos seus próprios valores para julgar os outros. Principalmente quando há uma minoria que domina o português e sente-se civilizado, em detrimento de outras pessoas que primam e valorizam as línguas nativas. A valorização das línguas nativas é um imperativo, ela trás consigo o sentido de pertença e o orgulho de um povo.

Segundo Eduardo David Ndombele (2017), no seu artigo com o título: *Reflexões Sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola*, afirma que a valorização das línguas angolanas é concebida como um potente factor de desalienação, de libertação ideológica por meio de uma confiança renovada em nós próprios, que o colonialismo nos tinha retirado desde as primeiras classes. Neste sentido, elas, ao se constituírem como matérias de instrução, devem também constituir disciplinas autónomas e veículos de transmissão de conhecimentos e técnica.

Joana Brás e Maria Gonçalves (2017), no seu artigo com o título: *O Umbundu no poliedro linguístico angolano: A língua portuguesa no entrelaçamento do Colonialismo e Pós-Colonialismo*, asseveram que com a colonização, as línguas nacionais foram menosprezadas em favor da Língua Portuguesa que se tornou na única língua de trabalho na administração e no sistema educativo. Porém, no processo de devir histórico e cultural, começa-se, gradativamente, a valorizar as línguas nacionais, por constituírem, a par do português, um património histórico-cultural. Angola é, como a maioria dos países africanos, uma nação multilingue.

Chicumba (2019), na sua tese para obtenção do grau de Doutor com o título: *A Educação Bilingue em Angola e o Lugar das Línguas Nacionais*, afirma que todas as comunidades linguísticas têm direito a um ensino que permita a todos os seus membros adquirirem o perfeito conhecimento da sua própria língua, importa portanto valorizar as línguas maternas no sentido de dar importância seja em qualquer lugar.

1.2 - O Papel das Línguas Africanas

A África é um continente pluriétnico, multicultural e multilíngue e, não apenas um continente negro por abrigar uma população maioritariamente negra. Em África, são faladas várias línguas, elas constituem um elemento fundamental dentro das suas sociedades. Assim, no presente tema, abordamos sobre o impacto das línguas nacionais dentro das sociedades africanas.

Como é costume dos povos, a língua é o veículo de comunicação, assim também acontece nas sociedades. E dentro das sociedades africanas joga um papel

preponderante, isto porque há áreas em que ainda se conserva esse saber deixado pelos antepassados³.

A língua é um elemento fundamental dentro das sociedades africanas, porque, no pensar de Sapir Wolf, dentro de uma determinada cultura, há sempre uma língua. Portanto, a língua serve como elemento de enriquecimento cultural; ela tem o valor de comunicação entre os povos e comunicar significa tornar comum⁴.

Castro *et al*, (2014, p.26) ao abordar sobre o impacto das línguas nacionais dentro das sociedades africanas, aponta que, as línguas nacionais jogam um papel de relevo nas sociedades africanas. Deve-se criar um mecanismo no sentido de revalorizá-las e dar a devida importância sob pena de cair-se num glotocídio, no caso o desaparecimento das línguas locais e conseqüentemente, o apagamento da expressão da cultura e identidade do seu povo falante.

Para Santana, (2012) a língua, enquanto factor eminentemente social, é fortemente caracterizada por aspectos culturais e por eles influenciada, por ser um comportamento social acaba por se tornar elemento constituinte de uma das expressões culturais de uma nação. A língua enquanto bem imaterial faz com que os limites de grupos sociais chamados nações coincidam com os seus, no entanto, a ausência de uma língua implicaria em um estado recente ou artificialmente constituído.

Abordando sobre o impacto das línguas nacionais nas sociedades africanas, Chivinga, (2014, p.76) afirma que as nossas línguas vernáculas são a nossa marca, a marca da nossa singularidade da nossa cultura ou culturas. Devemos pugnar pela sua valorização e proteção contra todos os ataques. Por isso, em qualquer parte do continente africano, as línguas locais ou as ditas línguas maternas têm enorme importância e valorização dentro das nossas sociedades. Assim, vale salientar que, a valorização de um povo, o respeito de uma nação, passa antes de tudo no valor, no respeito e na importância das suas línguas como canal de identificação cultural de um povo.

³ Catequista Aurélio Sachiveve, entrevista concedida no dia 20 de Agosto de 2022, as 14:20.

⁴ Professor Silva Chiti, entrevista concedida no 13 de Agosto de 2022, as 11:30.

A língua enquanto factor social, dinâmica por natureza, pode fazer com que falantes de uma mesma comunidade falem de modo tão semelhante que uns compreendam os outros, ou pode diferenciar-se de tal modo a ponto de fazer com que pessoas de regiões vizinhas, falantes de uma mesma língua, cheguem a sequer entender umas as outras. A língua é um elemento que identifica uma sociedade, e ela nas sociedades africanas tem um valor fundamental; a variedade das línguas, tornam a África mais interessante e mais atrativa pois as línguas são o coração da comunicação e as sociedades africanas e como outras neste mundo devem valorizá-la⁵.

Zau (2014), afirma que, torna-se importante dentro de cada estado, de cada sociedade africana, a importância, a valorização e a difusão das línguas maternas como nosso património linguístico. Sabe-se, portanto, que as sociedades africanas sempre souberam valorizar a palavra, sempre deram respeito e importância às línguas maternas como suporte indispensável para o enriquecimento do acervo cultural.

A língua, bem como a literatura e a história, é um dos três grandes pilares de sustentação da identidade e da cultura nacional. O papel e a valorização das línguas nas sociedades africanas, e em relação à construção de nação se tornaram forte na época da instauração dos Estados modernos, cujo projecto, teve como intuito unificar para melhor governar, sobrepôs língua e nação (Anderson, 2008, p.23).

Segundo Gomes, (2014, p.23) as línguas maternas são o primeiro idioma falado pelo indivíduo no seu meio familiar. Esta definição pressupõe que um indivíduo, que na sua infância tenha aprendido uma determinada língua como primeira, mesmo que decorrido um longo tempo sem falá-la, continua tendo-a como língua materna. Nas sociedades africanas, a língua sempre foi um instrumento a ter em consideração, pois que, esta é um canal de comunicação e identificação de um povo.

A língua nas sociedades africanas tem o mesmo papel como em outras línguas,

⁵ Augusto dos Santos, entrevista concedida no dia 15 de Setembro de 2022, as 16:00.

serve de preservação das culturas. É o vínculo de toda cultura seja na economia, religião, tecnologia. É um dicionário, enciclopédia e é importante para a comunicação, transmissão e um templo onde esconde-se as nossas almas é a base para o desenvolvimento de um povo, destruí-la é destruir um povo, para os africanos é importante porque não tem escrita, sendo na oralidade onde concentra-se todas as ideias, se transmite a tecnologia, a arte, e a ciência, enquanto os europeus tinham a escrita nós estávamos na oralidade. Aqueles que têm escrita, livros e dicionários têm o bastante, pois ensinam aquilo que sabem para os nossos filhos, netos para a preservação da identidade cultural⁶.

Para Lopes, (2007) a geração de africanos que utilizando as ferramentas metodológicas das escolas europeias operaram uma ruptura epistemológica profunda nos paradigmas dominantes e construíram um discurso que permitiu desconstruir a ideia que o europeu tinha sobre o outro (africano) que vigorou nas ciências históricas no período colonial, geração essa que empreendeu um esforço gigantesco para ressuscitar o valor e a importância das línguas, como o imenso e riquíssimo património histórico e cultural das sociedades africanas.

Apesar de outras línguas possibilitarem o entendimento dos falantes de diversas etnias nas comunidades africanas, a preservação das línguas nacionais afigura-se ser muito importante como meio de salvaguardar o património científico, cultural e histórico, pois elas constituem uma das heranças que ficaram depois da chegada dos europeus (Verdelho, 2008, p.55).

Para Dias e Filho (2015), as línguas, nas sociedades africanas, merecem certamente mais do que breve menção, constituindo um campo riquíssimo para o exame dos processos de construção de diferenças no mundo colonial. O valor, e o destaque que os Estados africanos devem dar as línguas maternas, deve ser realçado, na medida em que elas constituem uma ferramenta valorativa para a construção e o reconhecimento de cada povo.

Na perspectiva de Castro (1983), é preciso dizer que para ultrapassar o estágio actual do nosso conhecimento quanto à valorização e influências das línguas nas sociedades africanas, é necessário, antes de mais nada, conhecer as línguas

⁶ José Francisco, entrevista concedida no dia 2 de Julho de 2022, as 16:20.

africanas e essa é uma tarefa que poderá ser realizada através de um esforço conjunto no sentido de que, possamos ser partícipes quanto a importância e o valor que se dará as línguas locais.

Hagège (2000), ao abordar sobre o valor das línguas nas sociedades africanas, sustenta que, a língua alimenta aquele que fala, assim como o ar que respira lhe permite viver. A língua fornece o talismã de sobrevivência. No entanto, as línguas são, também, uma das fontes essenciais da força vital que anima as comunidades humanas. Nenhuma das propriedades que define o que é humano possui, ao mesmo grau que as línguas, o poder e a capacidade de fornecer ao indivíduo as bases da sua inserção numa sociedade.

A língua é um conjunto de regras e de signos gramaticais que possibilita a produção e a compreensão dos actos linguísticos; sendo a culturas o conjunto de costumes de instituições e de obras que constituem a herança de uma comunidade ou de grupo de comunidade. A língua nas sociedades Bantu, sempre chegou a ser importante, e valorizada. As línguas locais jogam um papel importante na nossa sociedade e contribuem para o desenvolvimento do país em todas as vertentes, são o suporte do conhecimento de uma comunidade e o elo de transmissão da cultura do povo (Helena, 2013).

1.2.1 A Colonização face a Cultura africana

Lukamba (2017), quando referia-se à colonização e a cultura africana, nos diz que, a África possui uma longa história que não começa basicamente com a colonização nem com a sua independência. Talvez nestes dois últimos períodos, pela acção das forças exterior, o continente viu-se desprovido de grande parte dos seus valores tradicionais, e a África perdeu uma boa dose da sua identidade. Todavia, não foi assim no seu percurso histórico anterior onde a sua cultura foi muito brilhante e deu origem a vastos processos políticos. A colonização, a exploração e saque das potências europeias, prejudicou de que maneira a evolução do continente africano, uma vez que tirou-lhes a sua força mais produtiva.

As abordagens de Lukamba, encontra suporte na reflexão de Comaroff, quando afirma que:

O colonialismo foi mais do que um sistema de exploração económica e de dominação política, social e cultural, podendo mesmo ser compreendido como um modo de percepção do mundo e de enquadramento da vida social. O regime colonial “sustentou uma gramática de distinções que se inseriu no mundo dos colonizados, entrando nas suas próprias autoconstruções e afectando os modos como eles incorporaram suas identidades, sociedade e as suas próprias culturas.” (Comaroff, 1997, p25)

Segundo Branco (Sd), A partilha da África tem início, de facto, com a Conferência de Berlim (1884), que instituiu normas para a ocupação. No início da I Guerra Mundial, 90% das terras já estavam sob o domínio da Europa. A partilha é feita de maneira arbitrária, não respeitando as características étnicas e culturais dos povos africanos, o que contribuiu para muitos dos conflitos actuais no continente, deixando as famílias africanas numa total desestruturação.

Angola durante vários anos viveu sob o jugo do colonialismo português. Durante este período, as culturas dos povos foram humilhadas e inferiorizadas, chegando mesmo a criar-se, por parte da população um sentimento de rejeição dos seus próprios valores. A política linguística em Angola estava ao serviço do regime repressivo, pelo que o uso e o ensino das línguas nacionais nas escolas nunca foram posto em prática⁷.

Para Ferro (1996), a colonização, representando a ocidentalização do mundo africano, suprime as estruturas tradicionais locais e deixa um vazio cultural de difícil reversão. As características da sociedade tradicional em África, assim como a parentela e as suas funções, o clã e a linhagem, a exogamia, os princípios hierárquicos e o agrupamento doméstico são completamente ultrapassados e vilipendiados. A cultura africana foi completamente desvalorizada, a educação e a valorização das famílias, muitas das vezes não foi tida em conta.

De uma maneira geral, é possível afirmar que os países imperialistas, dentre os quais Portugal, pretendiam com o colonialismo empreender além da exploração

⁷ Manual de Línguas Nacionais, (2013), elaborado pelo professor Ezequiel Estevão Kambindagolo.

económica, uma política de despersonalização cultural dos povos dominados, chegando ao limite de desliga-los do seu passado e afastá-los de sua própria história. Os africanos, que estavam ligados com a sua própria cultura, hábitos e os seus costumes, eram convocados a assumir o repertório de conhecimentos e saberes do outro como sendo seu (Chaves, 2004, p.149).

A ideologia etnocentrista imperial sufocou as culturas africanas durante quase um século. O colonialismo impôs instâncias socioculturais elaboradas dentro das suas próprias perspectivas, por referência aos seus interesses, aos seus valores, às suas linguagens e à sua ordem, e que servem de cortina entre o povo e as suas instituições, a sua escola, as suas economias, a sua visão do mundo e inclusive o sentido da sua própria história. O colonialismo ocultou a verdadeira história e os aspectos importantes da cultura africana (Sow, *et al* 1977, p.137).

Memmi (1989), diz que todo o processo de inculcação de valores metropolitanos, no contexto da conquista colonial, produziu escolas e crianças colonizadas que não pensam a sua própria cultura e história, pois com isso o colonizado tende a estar condenado a perder progressivamente a sua memória e sua identidade social e cultural, particularmente é na língua que se manifesta este primeiro dado de perda de sentimento e de pertença étnico-cultural.

A língua do conquistador tornou-se por adesão e por necessidade um dos elementos de sobrevivência e de resistência que marcaram e reconstruíram a identidade sociocultural das populações residentes nas capitais coloniais africanas. Essa dinâmica identitária forjada em decorrência do contato mais latente entre os nativos e os conquistadores e, ainda, com os seus descendentes europeus nessas capitais africanas propiciou, também o uso estratégico das línguas europeias para o engajamento no jogo das nações e do mundo que se globaliza nos estertores da guerra fria existente entre Washington e Moscou (Ki-Zerbo, 2006).

Correia, (2010, p. 392) ao falar sobre a colonização afirma que na vertente sócio-cultural o colonialismo caracterizou-se pela redução do colonizado a um estatuto marginal, raiando mesmo a desumanização, a sua classificação mais como uma coisa do que como um ser humano.

Pinto (S/d), diz que em 1925 o governo português, decretou a proibição das línguas africanas no ensino. Com a exclusividade do português, pretendia-se a integração dos africanos na sociedade e na cultura portuguesa e o combate aos possíveis avanços de outras potências europeias. As culturas africanas, os seus hábitos e costumes foram desprezados e abandonados pelo opressor.

Para Sabonete (2010), as línguas angolanas foram classificadas durante a época colonial como línguas de cão. Muitos dos mais velhos são testemunhas disso, principalmente aqueles que tiveram contacto direto com a colonização portuguesa e que têm vindo a revelar este facto nomeadamente nas memórias sobre o passado colonial.

Ainda segundo Sabonete (2010), as observações que os mais velhos fazem sobre o comportamento dos colonos ou dos agentes da administração colonial revelam que o uso das referidas línguas era proibido sobretudo nos meios urbanos sob pena de arrancar suas raízes e levar e os levar ao estatuto de assimilados que pressupunha algumas mudanças não apenas nas suas condições de vida como também no relacionamento com o colono em detrimento das relações com o grupo de origem.

Ao trazermos à tona a discussão sobre as bases da história dos povos africanos, importa salientar que séculos de colonialismo culminaram na destruição de traços culturais e na proibição dos contactos entre as gentes que habitavam o continente. Em Angola e Moçambique, a exemplo, desde o início de suas actividades culturais eram completamente reprimidos. As formas de manifestação cultural dentro das sociedades africanas, eram abafadas pelo regime colonial. As culturas africanas, sempre foram vista pelos colonizadores como inferiores. O que a nosso ver, não corresponde com a verdade, até porque nenhuma cultura é superior a outra (Chaves, 2005, p. 250).

Contudo, é fácil compreender como a colonização prejudicou a cultura e as famílias africanas, tirando-lhe quase ou mesmo toda a sua dignidade, nem a valorização das suas línguas, nem os aspectos cultural ou religioso levou em consideração. Instaurando assim os seus modelos de orientação dentro de uma cultura e sociedade muito diferente da sua.

1.4 - As Denominações Religiosas e a Importância das Línguas Nacionais Em Angola

Falando sobre as denominações religiosas e a importância das línguas nacionais em Angola Meira (2007) o ensino de uma língua deve incorporar a aprendizagem da cultura, dela indissociável, para o que será fundamental que essa aprendizagem assegure uma competência comunicativa alargada de modo a possibilitar o acesso a uma prática cultural significativa.

Para as denominações religiosas, a sensibilização à língua e ao seu uso implicam um conhecimento e um entendimento dos princípios subjacentes à organização e à utilização das línguas, de tal forma que uma nova experiência possa ser integrada num quadro organizado e ser acolhida como um enriquecimento. Para as denominações, as línguas podem, então, ser aprendida e utilizada mais rapidamente, em vez de ser entendida como uma ameaça ao sistema linguístico estabelecido do aprendente, que é considerado por este, frequentemente, como normal e 'natural' Chicumba (2019, p.154).

Joaquim e Luís (2015), afirmam que para as denominações religiosas uma língua não é apenas um canal de comunicação entre os membros de uma comunidade, mas envolve todo um património de conhecimentos e formas culturais transmitido ao longo de séculos e que se perderia se ela deixasse de ser falada. Impõe-se por essa razão que se dê um estatuto científico às diversas línguas no nosso país e que as mesmas sejam introduzidas nos programas de ensino e nos órgãos de comunicação social das regiões em que são faladas para permitir a vigência na actualidade e a transmissão às gerações futuras da riqueza humana e moral que lhes está associada.

Abraão (2002), diz que para as igrejas a necessidade de desenvolver as línguas nacionais aparece desde que se pergunte as pessoas e não só, se tem capacidade de adquirir uma mentalidade moderna, sem ser obrigado a passar por expressões longínquas e muito alheias. A igreja entende que é mais eficaz desenvolver uma língua nacional do que cultivar artificialmente uma língua estrangeira. É que um ensinamento dado em língua materna permitiria evitar muitos anos de atraso na aquisição de certos conhecimentos.

Retomando as abordagens de Hagège (2000, p.78), sobre as denominações e o valor das línguas nacionais em aprender a língua materna, afirma que, o conhecimento natural da língua materna que o indivíduo adquire como instrumento de comunicação, em ambiente familiar, desde a infância, faz dele um falante que reúne uma gama de competências comunicativas e proficiência linguística sobre essa língua. Entende-se por competência nativa, segundo Claude Hagège, “um conhecimento completo e uma capacidade de utilização espontânea, que fazem da língua considerada um instrumento de comunicação adequado a todas as circunstâncias da vida quotidiana”.

Deste ponto de vista, Firmino (2006), afirma que o conhecimento, da língua exerce grande influência na capacidade das pessoas para reconhecer e pronunciar palavras, para captar o significado das frases e seguir uma sucessão de ideias devidamente coordenadas ou também possuir a capacidade de ler qualquer conteúdo.

Ainda de acordo com Firmino (2006), as denominações religiosas valorizam uso de línguas nacionais e percebem que devia ser parte de programas de transição, cujo objectivo é garantir que as pessoas não só possam ter sucesso na aprendizagem durante os primeiros anos da sua formação para que não tenham de «nadar ou afogar-se» em programas de imersão, mas também sejam introduzidas nas línguas nacionais, cujo conhecimento é actualmente um recurso socioeconômico e um capital simbólico fundamental.

Chicumba (2019), diz que para as denominações religiosas a língua materna é considerada e deve ser valorizada porquanto ela é aprendida e apreendida como primeiro instrumento de comunicação, desde a mais tenra idade e é utilizada no país de origem do sujeito falante. A língua materna é assim designada porque é aprendida no seio do grupo mais restrito em que o indivíduo está inserido, que é a família, sendo a mãe o ícone dessa aprendizagem. A aprendizagem das línguas africanas deve ser um meio em que todo o africano deveria aprender em todos os quadrantes nacionais, porque isto nos torna maiores conhecedores das nossas culturas e das nossas origens.

Na perspectiva Hagège (2000), as religiões sempre compreenderam que as línguas sempre o princípio da vida enquanto sistema dinâmico, onde são acumuladas as construções de palavras e de frases de numerosas gerações, ela é tornada viva, no sentido literal, pela actividade da palavra. As denominações religiosas olharam sempre para as línguas nacionais como factor essencial.

Do mesmo modo, Calvet (1998), destaca que as denominações religiosas sempre procuraram dar importância a aprendizagem das línguas nacionais, afirmando que, “as línguas não existem sem as respectivas comunidades que as falam e a história de uma língua é também a história dos seus falantes”.

Para Ndombele (2017), o contexto cultural, os povos de Angola, enfrentam heranças da política colonial, na medida em que ainda se referem aos seus próprios valores para julgar os outros, o que conduziu à negação das diferenças culturais, em nome da superioridade da sociedade colonial. Esta atitude levou ao esvaziamento da qualidade cultural do povo angolano e, não só: levou também ao tratamento degradante dos nomes antroponímicos das línguas de africanas em geral e de Angola em particular. É importante, e torna-se vantajoso aprender as línguas africanas, porque ninguém irá valorizá-la, senão nós mesmos.

Ainda segundo Ndombele (2017), por isso, constata-se, hoje em Angola, a rejeição total e deturpação de nomes de origem bantu propostos pelos pais, para colocar nomes estrangeiros que não representam nada no nosso mosaico cultural. Essa rejeição pode ser entendida como resultado de um longo processo de assimilação importada pela administração colonial.

Segundo Brás e Gonçalves (2017), todas as línguas naturais da humanidade evidenciam características que dependem da cultura, hábitos, normas, atitudes, condutas e costumes de cada comunidade. Deste modo, numa primeira fase, deve conceder-se um espaço de destaque ao ensino das línguas nacionais. É durante a socialização que o indivíduo aprende a lidar com os demais por intermédio da aprendizagem das normas, que regem a sociedade ou grupo social, a que o sujeito está inserido.

Para Brás e Gonçalves (2017), falando da posição das denominações religiosas e as línguas nacionais, argumentam que, após a colonização verificou-se uma profunda aversão a tudo quanto fosse línguas nacionais, de origem africana. Essa aversão, chegou ao ponto de algumas reflexões saudosistas do processo de assimilação considerar os angolanos que não se expressão bem em língua portuguesa como se fossem estrangeiros dentro do seu próprio país.

Nesse sentido, pode-se dizer que o uso das línguas africanas foi sempre limitado e a linguagem metropolitana dominou as estruturas coloniais educacionais, administrativas e mercantis. Em Angola, Moçambique e na Guiné portuguesa, por exemplo, conforme explica Spencer (1974), uma das qualificações exigidas para a obtenção do estatuto de cidadão era a capacidade de escrever e falar português, que devia ser atestada pelo administrador do distrito. E as línguas nacionais foram “colocadas” à parte sem nenhum valor.

No âmbito da sua política de assimilação restritiva, as autoridades portuguesas desencorajaram as línguas vernáculas, proibindo seu uso na imprensa sem que houvesse tradução simultânea para o português e tornando o português a única língua permitida na educação. Essa política de restrição do uso das línguas nacionais prejudicou sua permanência ao longo do tempo, de modo que muitas deixaram de ser utilizadas e mesmo de ser transmitidas intergeracionalmente (Spencer, 1974).

Luz (2021), destacando o papel das denominações religiosas diz que normalmente, as línguas maternas revelam continuidade intergeracional e, embora algum grau de mudança esteja constantemente em curso, os pais costumam deixar aos filhos a mesma linguagem que eles próprios utilizam, o que, de acordo com Fishman (1991a), é a base de toda a sociedade. Entretanto, quando nos aproximamos desse fenômeno, podemos observar muitos aspectos que fazem com que o esperado acabe por não se realizar.

O continente africano configura-se como um grande mosaico etnolinguístico. Entretanto, historicamente, as políticas linguísticas das diferentes potências coloniais na África apresentaram uma rejeição total das línguas nacionais na administração oficial e, por vezes, incentivaram seu uso apenas na administração

local ou na esfera doméstica. Esse quadro histórico deixou resquícios importantes no que diz respeito ao papel das línguas nacionais e à atitude dos falantes. Em Angola, os cidadãos, assim como as denominações religiosas têm avaliado a língua nacional, seu valor e vigor dentro da comunidade.

Perpétua (1990), nos diz que embora socialmente esteja doptada de falta de prestígio e reconhecimento incontestáveis, as línguas nacionais seguem viva nos ambientes domésticos, nas instituições religiosas e nos mercados populares. Por outro lado, o encontro com a língua portuguesa tem provocou processos de perdas, de modo que há necessidade urgente de políticas linguísticas para sua valorização e difusão entre os mais jovens, tendo em vista que é fundamental o valor que o falante atribui à própria língua, pois um idioma não desaparece apenas porque outro o domina, mas, também, porque os cidadãos decidem abandoná-lo e não transmiti-lo a seus filhos.

Contudo, apesar de todo esse processo, há ainda formas de poder considerar as línguas nacionais, aprender, no sentido de torna-las vivas para o bem da preservação cultural.

1.5 - O Papel da Escola e da Igreja na Manutenção das Línguas Nacionais

O caminho das línguas humanas é moldado por influências das mais diversas. Nesta seção, considerando o contexto da estrutura colonial e as políticas implementadas a partir de então, apontamos o fundamental papel da escola e da igreja para o desenvolvimento das línguas.

Não se pode negar a importância do papel da escola e da igreja na manutenção das línguas nacionais. Sua ação no sentido de acelerar seu processo de desaparecimento e morte, porém, também não pode deixar de ser considerada. Para Hagège (2000), os Estados têm tido as escolas como um dos principais instrumentos de execução das línguas. A implementação de medidas explícitas de abolição ou de promoção é apenas um aspecto do papel da escola no processo de morte das línguas.

Zau (2002) afirma que um exemplo de uso das línguas nacionais nos materiais utilizados para difusão da fé cristã foi a impressão de partes do evangelho e das antigas escrituras, bem como outras publicações em português na pequena tipografia da missão protestante do Muié.

Para Chicumba (2013), as escolas das missões ligadas a essas duas religiões trouxeram, indiscutivelmente, benefícios para a educação e o ensino dos povos autóctones. Zau (2018), por sua vez, tem opinião contrária e afirma que as missões religiosas, para além das noções catequéticas, conhecimentos bíblicos e teológicos, nada ensinavam.

Zau (2018), credita a essas missões o facto de que "[...] procuravam, desde o início, respeitar e estudar as línguas nacionais como línguas de identidade cultural, na indispensável cooperação com a língua portuguesa, como língua oficial e de escolaridade. Ainda hoje, é possível afirmar que a igreja demonstra certo respeito pelas línguas autóctones, buscando aproximar-se dos fiéis por meio do uso de suas línguas materna.

Sobre o papel da igreja e da escola na relação com as línguas nacionais, Luz (2021), afirma que, desde sempre, a igreja defendeu e valorizou as línguas nacionais, pois elas, segundo o religioso, são a alma do povo. Por isso, a língua nganguela tem espaço em todas as cerimônias e é valorizada pela igreja. O padre, entretanto, critica a ação governamental, afirmando que não há interesse do governo em fomentar as línguas nacionais e que, nessa luta, a igreja está sozinha, sem ajuda do governo.

Dias (1990), afirma que a igreja considera as línguas nacionais como substrato essencial da realidade cultural angolana. As igrejas têm sido verdadeiras parceiras do Estado, permitindo que as línguas nacionais prevaleçam e sejam praticadas no seio das famílias. É de todo importante realçar o papel das igrejas no desenvolvimento de ações viradas essencialmente para a necessidade de inculcar em cada cidadão a noção da importância das línguas nacionais. Acredito que a igreja deve realizar ações visando à preservação das línguas nacionais, utilizando-as na proclamação do evangelho, por exemplo. As organizações da sociedade civil e o governo devem trabalhar mais para a valorização, preservação

e difusão das línguas nacionais, com vistas a garantir a identidade cultural de cada povo ou tribo e perpetuá-la.

Para Castro (2005), a igreja e a escola consideram tarefa fundamental a valorização das línguas nacionais para facilitar a comunicação entre os vários estratos sociais e preservar a nossa identidade cultural. Alguns fiéis falam principalmente umbundo, e outras línguas ocupam também espaço nos cultos. Para perpetuá-las, a igreja as utiliza com tradução para a língua portuguesa nos evangelhos, de modo que todos saem com o conteúdo transmitido.

Chicumba (2013) afirma que:

Após o encerramento das missões, ocorreu um longo período de carência, até que houvesse, por fim, o estabelecimento do ensino público do ultramar, em 1845, pelo governo de Joaquim José Falcão e, mais tarde, em 1869, por Rebelo da Silva. De toda forma, é possível considerar que o estudo das línguas africanas chegou a despertar, no início do século, algum interesse. Segundo o autor, a Escola de Intérpretes Eduardo Costa, com o curso de língua quimbundo, por exemplo, foi oficialmente inaugurada no dia 17 de julho de 1907.

A partir da apreensão de Segato (2007), as Identidades afirmadas politicamente, o que é a hipótese aqui aventada quando pensamos a defesa da adoção de línguas nacionais no processo de produção de material jornalístico acabam por consolidar e garantir historicidade e dinamicidade às alteridades. O que equivale afirmar que a partir do momento em que o Jornalismo se dedica a este tema, este campo do conhecimento se agencia no processo identitário de diversos povos.

Se concordamos que é a performatividade que garante as representações identitárias, ainda como defende Segato (2007), chegamos à afirmação de que ao adoptar as línguas nacionais em sua programação, a TPA visibiliza etnias e, conseqüentemente, garante a explicitação de sua existência, o que é o mesmo que conferir cidadania. No *Jornal Nacional* essa performance passa pela Língua nacional, pela linguagem, pelo sotaque, pelas imagens apresentadas, o que converge para representações que chegam à autorrepresentação.

Geertz consolida essa ideia afirmando que a cultura só é pública porque “o significado o é” (1978, p. 22), ou seja, a TPA, ao tornar públicas oito das principais Línguas nacionais em Angola, apresenta também as características destes povos. É um ato, não somente de reprodução de imagens dos grupos representados, mas de manifestação de suas culturas em um veículo especializado em informação e comunicação.

Em suma, as Línguas nacionais na televisão angolana acarretam vários significados. Dentre eles, a liberdade conquistada pelos angolanos. Por muito tempo, a Língua portuguesa foi o mais importante meio de descolonização dos povos. Graças a resistência dos mesmos, hoje essas Línguas são usadas para continuidade pública da cultura angolana, para dar vida ao que por pouco deixaria de existir. Isso porque o outro, ou seja, o diferente passa a existir e desta existência novas relações são estabelecidas. As Línguas passam, assim, a circular onde nunca antes tiveram espaço e, conseqüentemente, são reavivadas. Acabam sendo conhecidas por quem as desconhecia. A cidadania é exercida e o papel do Jornalismo, cumprido.

**CAPÍTULO II: O CONTRIBUTO DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º
DIA PARA A VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA LÍNGUA
UMBUNDU: UM ESTUDO DE CASO JUNTO A COMUNIDADE
RELIGIOSA DO TEMPLO CENTRAL NA CIDADE DO LUBANGO**

CAPÍTULO II: O CONTRIBUTO DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA PARA A VALORIZAÇÃO E PROMOÇÃO DA LÍNGUA UMBUNDU JUNTO A COMUNIDADE RELIGIOSA DO TEMPLO CENTRAL NA CIDADE DO LUBANGO

2. 1 - Localização Geográfica do município do Lubango

Lubango é uma cidade e município de Angola, capital da província de Huíla. Segundo as projeções populacionais de 2018, elaboradas pelo Instituto Nacional de Estatística, conta com uma população de 876 339 habitantes e área territorial de 3 147 km², sendo o mais populoso município da província, da região sul de Angola e o sexto mais populoso do país, o primeiro fora da província de Luanda

Desenvolveu-se sobretudo a partir da "colónia de Sá da Bandeira", tomando esse nome entre 1884 e 1975, enquanto o município foi sempre denominado Lubango. Após a independência do país, tanto a cidade como o município tomam definitivamente o nome de Lubango. A cidade de Lubango forma com os vizinhos Chibia e Humpata a virtual Região Metropolitana do Lubango, uma área de forte conurbação e ligação de serviços urbanos. O nome "Lubango" vem da redução do nome do rei tribal (soba) dos muílas que tinha o nome de Calubango (ou Kaluvango), que foi o líder local que recebeu a primeira expedição europeia nas suas terras. A área sob o seu domínio passou a ser denominada Terras do Calubango e, com o tempo, Terras de Lubango.

A cidade de Lubango, antes de ser erguida, estava num território sob influência do soba do Lubango, cuja ombala se localizava no distrito urbano actualmente conhecido como Munhino. Na chegada dos europeus ao sul de Angola, permaneceu por muito tempo como local de passagem para as incursões coloniais rumo às nascentes da bacia do Cunene, não havendo, até fins do século XIX, nenhuma posição fixa colonial⁸.

⁸ Enciclopédia livre. (2022)

2.2. Caracterização da Igreja Central do 7º dia do Lubango

A igreja do sétimo dia central localiza-se na região sul da sede municipal do Lubango na rua Padre Andrade Paquete, nº134, Lucrecia Paim, caixa postal nº 317, contacto: 222741036. A missão central é constituída por 180.000 membros a nível central. Quanto as atividades diárias, está dividida da seguinte forma:

Às quartas-feiras, sexta-feira e o próprio sábado têm sido os dias de adoração.

Deste modo, a missão adventista do sétimo dia central, foi fundada aos 10 de Junho de 1984, pelo Pastor chamado Eduardo Carlos de nacionalidade angolana.

2.3. A igreja do 7º dia e Valorização da língua Umbundu

Segundo Ndawanapo (2010), as Igreja, do 7º dia nas suas atividades utiliza sempre a língua umbundu, isso está plasmado no Estatuto e Regulamento da igreja. Esta prática é como um instrumento facilitador na alfabetização das populações como bem entende Kaplan (2006): “e o uso das línguas locais facilita a alfabetização e o uso das línguas locais facilita a compreensão da população na aprendizagem”. Como vantagem do uso das línguas locais.

Moreira (2021), diz que uma das formas que as igrejas têm feito para valorizarem às línguas tem sido por meio de louvores, pregação, e a tradução da bíblia em diversas línguas como é o caso do Umbundu e outras línguas. Outrossim, algumas igrejas, também têm traduzido livros e alguns folhetos nas línguas locais. O grande desafio que a Igreja, tem, é, precisamente, a luta pela formação de uma identidade própria e a recuperação da identidade cultural dos seus fiéis por intermédio da língua umbundu.

Boff (1989), a igreja do 7º dia tem sido boa, quanto a valorização do umbundu. Nos hinários, orações, e nas pregações, a igrejas tem feito isto para o bem dos seus fies. Todavia considero que as igrejas poderiam ter feito muito mais a favor das línguas locais; elas simbolizam a cultura e a identidade de um povo.

Abraão (2002), sobre a igreja do 7º dia e o valor do umbundu, diz que, a experiência das missões católicas e protestantes, durante os primeiros 40 anos da sua existência provaram que a melhor maneira para preparar uma pessoa para a língua portuguesa era ensinar-lhe a ler e a escrever a sua própria língua. E a igreja adventista do sétimo dia, tem desempenhado muito bem este papel de valorizar a língua umbundu em todas as suas dimensões.

Na visão de Borges (2015), a igreja e a língua são a base para entrar na alma de um povo. Ela vem a anunciar o evangelho e a boa nova para ser entendida, tinha que ser ensinada a mesma (língua). Primeiramente tiveram a preocupação de ensinar a língua portuguesa, pois através dela entraram em contacto com o evangelho, mas isso era por esquema na questão da escola, uma vez que a maioria não estava na escola, daí que a primeira missão foi aprender a língua regional materna. Depois da percepção da língua regional passou a ser utilizada nos cultos através da tradução de português para umbundu.

Canto (2020), diz que para a igreja do sétimo dia, a língua umbundu desempenha uma posição crucial, desde os cânticos, e tem se notado que cada membro tem o seu livro traduzido nesta língua. Aqueles que evangelizaram o Sul de Angola tinham gramática, livros, cânticos, catecismo, e livros de orações tudo isto em umbundu. Oravam e cantavam na língua umbundu.

Segundo Chivinga (2014), no contexto nacional, é muito interessante e pertinente salientar o papel da Igreja do sétimo dia na valorização e proteção das línguas nacionais. A obra das missões cristãs constituiu a vanguarda da valorização das línguas nacionais. A título de exemplo, no sul de Angola, o papel da Igreja Adventista do sétimo dia (IASD) tem sido em prol da valorização e proteção da língua nacional umbundu.

Cipriano (2016), diz que a sua opinião, para a igreja do 7º dia, o umbundu joga um papel importante na passagem do evangelho ou na transmissão da palavra. Até mesmo em algumas igrejas, existe a tradução do português para o Umbundu e outras línguas locais, em função dos mais velhos que não conseguem compreender o português.

Costa (2012), afirma que as igrejas têm se engajado de uma forma muito clara e objectiva na interação com a sociedade, na evangelização onde praticamente ela tem sabido expandir os saberes a partir das línguas locais. Algumas igrejas, desde muito tempo, dão importância e valorização as línguas locais. Este processo dinamizador chega a ser bom no sentido de as gerações vindouras saberem o quanto é importante saber as nossas línguas.

Ainda para Chivinga (2014), a Igreja Evangélica Sinodal de Angola (IESA) constitui outro exemplo do trabalho feito a favor da valorização e proteção das línguas nacionais angolanas. Apesar do bom trabalho levado a cabo pelos missionários cristãos, observa-se que os esforços são parciais e com vantagens, igualmente parciais.

Sita (2019), diz que a capacidade da linguagem, isto é, a possibilidade de utilizar os sons orais produzidos pelos “órgãos da fala” para exprimir o seu pensamento e comunicá-lo aos outros, é inata ao ser humano e vai-se desenvolvendo com a idade. A aquisição da comunicação oral faz-se de uma forma natural, sem que seja possível medir o trabalho de quem ensina. No entanto, o papel da igreja quanto a valorização das línguas, constitui um passo substancial porque quanto mais se aprende uma das línguas locais, maior é o grau de satisfação, pois permite a consolidação do factor cultural.

A igreja que se assume um conjunto de sistemas culturais de comunicação e socialização que procura englobar, numa única comunidade de fiéis, todos aqueles que sentem partilhar certos códigos simbólicos, sistemas de valores, mitos e tradições de crenças, sistematizados em costumes e rituais, referentes a uma realidade supra-empírica e impessoal, e representam principalmente marcas de organizações especializadas (Smith, 1997, p.19).

Silva (2000), assevera que durante o primeiro quartel do século XX, com a expansão das igrejas protestantes notou-se um aumento significativo na actividade educativa tendencialmente de ensino, isto é, em uma língua local. A situação do ensino estava generalizada em quase todas as missões religiosas protestantes, onde o ensino era uma realidade.

A acção educadora da Igreja do sétimo dia faz-se sentir igualmente em lugares onde as estruturas do Estado são geralmente escassas ou mesmo inexistentes. Sugere-se, por isso, que em função da influência histórica no desenvolvimento social das comunidades, a presença da Igreja no ensino deve ser incentivada no sentido de retomar e expandir o programa de educação nas línguas locais para que haja um óptimo aprendizado. Contudo, o valor da língua umbundu dentro da igreja central do sétimo dia no Lubango tem sido um elemento interessante, pois a nossa igreja sempre primou na sua valorização uma vez que boa parte dos membros da referida igreja são ovimbundu⁹.

De igual modo Viegas (2007), considera que a religião, como fenómeno social comum a todos os grupos culturais, está presente ao longo da história da humanidade e é entendida como “um amplo e complexo movimento de ideias e de vontades que na sua dinâmica catalogadora contribui para as dimensões importantes da vida humana”. Se o ensino da língua materna foi e tem sido um facto, as igrejas devem procurar vias que fazem com que a valorização das línguas maternas seja um facto em todos os lugares de Angola.

A igreja como parceira do Estado angolano deve contribuir nos valores morais e espirituais das pessoas crentes ou não, sem comprometer os elementos culturais dos povos no intuito de se alcançarem os melhores resultados da evangelização. E continuar a dar o seu contributo na valorização das línguas locais¹⁰.

Para Bernardo (2018), a igreja do sétimo dia sempre se dedicou na valorização das línguas nacionais, pois permite a inclusão dos indivíduos “marginalizados”, bem como a circulação das culturas. Torna-se emergente a adopção de um ensino em línguas nacionais que preserve os valores históricos, ideológicos, e socioculturais do povo e não em português que tende a transportar as ideologia e cultura europeias.

⁹ Pastor Domingos Moisés, entrevista concedida no dia 17 de outubro de 2022, as 16:20.

¹⁰ Mateus Capapelo, entrevista concedida no dia 20 de Outubro de 2022, as 13:20

Bagno (2015, p. 148), a língua deve ser vista em relação as suas práticas de uso, que envolvem factores históricos, geográficos, sociais, culturais etc., o que implica dizer que não se pode “encarar a língua como um objeto descontextualizado, inerte, congelado, morto, fora do tempo, fora do espaço, independente das pessoas que a falam.

As línguas nacionais contribuem para o multilinguismo das suas variadas esferas, o que implica para a diversidade linguística que caracteriza o país. Nessa perspectiva, as realidades linguísticas dos países africanos não devem adoptar medidas que colocam em causa os falantes das línguas nacionais, visto que os indivíduos pensam em sua língua materna. Reconhecemos que há diferenças no modo de aprendizagem dos indivíduos que têm a língua dos colonizadores como a língua materna e aqueles que têm as línguas locais como materna, perspectiva defendida por (Benson, 1997, p.24).

A igreja do sétimo dia, viu sempre as línguas nacionais como um problema a ser resolvido a curto prazo, por esta razão, pensamos que devia ser a preocupação do Estado desenvolver políticas que zelem e permitam a circulação linguística dos falantes, pois que, a não-aceitação destas línguas mostra que a soberania e autodeterminação dos países africanos foram e ainda são colocadas à prova constantemente, seja por questões de governabilidade, dos malefícios da herança colonial (Lopes, 2011, p. 14).

As línguas não são realidades abstratas e autónomas, mas elas emergem de práticas sociais historicamente situadas. Com isso, as políticas impostas de forma vertical com vista à promoção das línguas só se tornam eficientes quando transformadas em políticas de comunicação em que o direito às práticas comunicativas de diferentes grupos sociais é garantido e legitimado (Severo, 2015, p. 32).

2.4 - A Igreja Central do 7º dia e as Vantagens da Língua Umbundu

A igreja do sétimo dia, tal como a Igreja Evangélica Sinodal de Angola (IESA) e a igreja católica, ao longo dos seus cultos entoa sempre alguns cânticos.

Zau (2002, p.63), ao abordar sobre a igreja do sétimo dia e valorização da língua umbundu, pertencente aos ovimbundu, diz que, língua umbundu, rapidamente tornou-se numa das línguas mais faladas dessa congregação, em várias partes de Angola, o umbundu é valorizado como sendo uma que liga vários povos e várias comunidades.

Na perspectiva de Afonso (2020), para a igreja do sétimo dia, a língua umbundu é a única língua nativa falada no Huambo e Benguela; embora o umbundu seja a língua maioritariamente falada em Benguela, Huambo e Bié, é também a língua falada em algumas localidades de Angola como Huíla, Cuando-Cubango, Moxico, Namibe, Cuanza-Sul, Malange, Lundas e Luanda. Sendo uma língua local, ela deve ser valorizada porque é falada em quase toda parte onde está instalada uma igreja do sétimo dia.

Ferraz (2006), diz que a aprendizagem da língua umbundu vai começar a fazer-se, utilizando-se essa mesma língua. E é o que ouvimos e como ouvimos, o que dizemos e como dizemos, o que lemos e como lemos, o que escrevemos e como escrevemos que a possibilitarão. Se acrescentarmos os ondes, os porquês e os para quês estaremos a ver a extensão da responsabilidade destas aprendizagens. Estamos convictos que estas não são as únicas atribuições da desta igreja para a valorização do Umbundu pelo que outras podem ser acrescentadas para o seu enriquecimento, se depois cumpridas por completa.

Os fieis da igreja do sétimo dia da central do Lubango, olham à Língua umbundu como uma língua *sui generis* e Ovimbundu com suas características particulares; assim é que esse povo teria descido acompanhando a costa atlântica, partindo da Nigéria e, como agricultor, dirigiu-se aos planaltos do Huambo e Bié, zonas favoráveis à agricultura. A língua umbundu é importante e serve também como meio de comunicação entre os povos de Angola (Ukwatchali, 2009, p. 114).

Segundo Cardoso e Camara (2011), há em Angola várias igrejas que valorizam desde muito tempo as línguas maternas, entre estas igrejas podemos destacar a igreja do sétimo dia. A igreja central compreende que o simples facto da língua umbundu não ser a língua materna de alta percentagem das crianças no meio urbano da nação umbundu implica que o seu ensino se faça com metodologia adequada, que será capaz de diminuir as dificuldades de aprendizagem de uma língua que não se aprende desde o berço e de promover o sucesso das crianças como alunas e como cidadãs.

Ainda segundo Cardoso e Camara (2011), a aprendizagem da língua umbundu para estas crianças como futuras receptoras e como produtoras de mensagens nas vertentes oral e escrita, ditará a sua inserção na sociedade em que se encontram como membros activos e efectivos de pleno direito. Pretendemos que todos os cidadãos, crianças, jovens ou adultos, dentro da igreja do sétimo dia, possam aproveitar o bom que esta língua transporta como cultura, hábitos e costumes.

É extremamente bom aprender as línguas nacionais, pois estas jogam um papel preponderante na formação das pessoas e sobretudo dos membros da igreja quanto ao conhecimento da sua cultura. Devemos ainda afirmar que as línguas nacionais são importante para que as pessoas aprendam desde a tenra idade conhecer a sua cultura e a base fundamental é o domínio da língua materna (Sita 2019, p.54).

Costa (2015), diz que qualquer língua tem uma função primordial numa dada sociedade, constituindo a comunicação privilegiada pela qual o indivíduo expressa ideias, pensamentos, e tudo o que lhe vai na alma. Com o decorrer do tempo, essa expressividade ganha conotações várias, em consequência do meio e da realidade circundante em que esse indivíduo vive. A língua umbundu, é uma das línguas mais faladas. Vale afirmar que a Língua umbundu apresenta algumas variantes que têm as seguintes designações: ambwi, cikuma, kacisandje, kakonda, lumbu, mbalundu, muhanya, ndombe, nganda, sambu, viye e wambu.

Em conformidade com este autor, podemos afirmar que, a valorização ou a importância que se deve dar a ela é a alavanca para que se enriqueça a cultura dos nossos povos.

Ainda segundo Costa (2015), cada língua de Angola é estruturalmente diferente e carrega consigo uma cultura. Uma língua viva existe no seio de uma comunidade de falantes; é pertença da sua identidade que depende de factores sociais e culturais. E a língua umbundu, não foge destas características apresentadas por nós.

As línguas locais, em particular o umbundu são muito importantes para o aprofundamento das culturas e na afirmação da nossa identidade. Temos visto dentro de algumas igrejas a Bíblia Sagrada traduzidas em línguas nacionais. Todas línguas nacionais têm suas vantagens e para o umbundu não podia deixar de ser, pois que ela facilita a comunicação entre os idosos e a juventude no sentido de estes saberem o valor das línguas locais¹¹.

Segundo Maquêa (2007), as línguas são entidades vivas porque elas permitem estudar as comunidades e os povos ou grupos étnicos de determinadas geografias. A língua umbundu assim como as outras, são elementos culturais mais estável. Essas línguas permitem uma comunicação mínima entre falantes de diferentes áreas. A língua umbundu tem sido mais valorizada no seio das comunidades rurais, o que não constitui algo de todo benéfico.

Songa e Dias (2015), falando a respeito das vantagens da língua umbundu dentro da igreja do sétimo dia afirmam que por muito tempo, a língua portuguesa foi o mais importante meio de descolonização dos povos. Graças a resistência dos mesmos, hoje essas Línguas são usadas para continuidade pública da cultura angolana, para dar vida ao que por pouco deixaria de existir. Isso porque o outro, ou seja, o diferente passa a existir e desta existência novas relações são estabelecidas.

¹¹ Daniel Zeferino, entrevista concedida no 22 de outubro de 2022 as 12:40.

Para Ngunga (2012), as Línguas passam, assim, a circular onde nunca antes tiveram espaço e, conseqüentemente, são reavivadas. Acabam sendo conhecidas por quem as desconhecia. E dentro desta denominação, vê-se, portanto o respeito e a valorização das línguas nacionais em particular a língua umbundu, que tem sido frequentemente entoada nos cânticos.

A imposição do português e a negação das línguas africanas foram experiências vividas tanto pelos africanos que permaneceram nas ex-colônias, quanto pelos africanos vítimas do tráfico de escravos que chegaram à América. Ou seja, dos dois lados do Atlântico foram vivenciadas experiências de marginalização linguística, processo que depreciou as línguas africanas e impôs a superioridade da língua portuguesa. Durante a colonização, foram construídas diversas imagens de língua nocivas para a população africana e da diáspora¹².

Segundo Abdula e Souza (2020), a atitude negativa sobre as línguas africanas se manifesta não só no *não* uso dessas línguas como meio de ensino em países africanos, como Angola apesar ter registrado avanços significativos no que diz respeito o ensino dessas línguas as vezes não se verifica o reconhecimento dessas línguas, ausência de reconhecimento que transforma em erros qualquer forma de falar. Situação semelhante também se verifica em outras geografias que avalia de forma pejorativa a influência das línguas nacionais, apontando como variedade não desejadas.

2.5 - O Papel dos Fiéis na Promoção das línguas nacionais em particular o Umbundu

As línguas nacionais, suporte e veículo das heranças culturais, exigem um tratamento privilegiado, pois sempre constituíram um dos fundamentos cruciais da identidade cultural do povo angolano.

Sita (2019), diz que embora se tenha notado algumas tendências para a promoção e valorização das línguas nacionais, na prática evidencia-se o contrário: as diversidades culturais e linguística passaram a ser vistas como práticas insignificantes, o que facilitou a língua colonial continuar a ser um meio

¹² José Samahina, entrevista concedida no dia 18 de 2022, as 13:00.

de opressão, tornando-se uma fonte de desumanização para os falantes das línguas nacionais. Mas para as igrejas do ponto de vista geral, e a igreja central do sétimo dia sobretudo, os seus fiéis têm-se destacado na promoção das línguas nacionais, principalmente a partir dos cânticos.

As línguas nacionais, são difusoras de cultura, de construção de conhecimento, de sonhos, de angústias que não encontram mais o mesmo sentido de antes. Os fiéis da igreja central do sétimo dia, entendem que a língua forma o espectro mais amplo da constituição do conhecimento de si e do outro. A língua materna é nutrida por suas sensações, suas paixões e pelos seus sonhos, aquela pela qual se exprimem sua ternura e seus espantos, aquela enfim que contém a maior carga efectiva e afectiva, essa é precisamente a menos valorizada. Não possui dignidade alguma no país ou no concerto dos povos (Memmi, 1977, p. 97).

Ainda segundo a abordagem de Silva (2000), a língua é para as suas populações a manifestação da cultura e, ao mesmo tempo, precisa de uma cultura que lhe dê suporte, sendo, também apoio para uma cultura. Ela é, deste modo, a expressão da cultura Nyaneka, uma vez que se constitui como canal decisivo para a assimilação e difusão de uma cultura, afinal, as experiências sociais só são transmitidas por meio da língua.

Na perspectiva de Brás e Gonçalves (2017, p.140), com a colonização, as línguas nacionais foram desprezadas em favor da língua portuguesa que se tornou na única língua de trabalho na administração e no sistema educativo. Mas urge necessidade de torná-las mais vivas, de maneiras quer a geração presente, assim como aquelas que estão por vir, possam de facto se orgulhar e dar maior importância nas línguas maternas porque elas são a alma de um povo.

A importância das línguas nacionais, consiste na preservação de todo património cultural e linguístico, da identidade do povo angolano e no desenvolvimento económico, político e social do país. A língua é o suporte de toda cultura, sem a qual o homem torna-se-ia um ser sem memória e sem história¹³.

¹³ Manual de Línguas Nacionais, (2013).

As línguas locais, desempenham um papel indispensável na comunicação com as comunidades inseridas na sociedade. Entretanto, fruto da globalização e dos modismos verifica-se uma tendência acentuada de erosão dos valores culturais, adoptando frequentemente culturas distantes, e se esquecendo que a língua materna acarreta um valor inestimável¹⁴.

Verdelho (2007), reforça o contributo para a aprendizagem das línguas maternas em Angola, confrontando o português com o universo linguístico não europeu. Desde o início da colonização que se tornou necessário abordar com maior pormenor as ocorrências inerentes aos impactos no contexto linguístico do país.

Num mundo cada vez mais globalizado e competitivo, as línguas são objecto de avaliação, como outros produtos. Como nos refere Ançã (2014), os seus valores, porém, não são estáveis e vão oscilando em função de determinações económicas e políticas, e não tanto pelas suas dimensões sociais e culturais. A língua envolve todas as acções e pensamentos humanos e possibilita ao indivíduo exercer influências ou ser influenciado pelo outro, desempenhar seu papel social na sociedade, relacionar-se com os demais, participar na construção de conhecimentos e da cultura, enfim, permite-lhe se constituir como ser social, político e ideológico.

Chivinga (2014, p.14), afirma que a protecção das línguas nacionais angolanas enriquece a história local, e automaticamente reforça a sua cultura e faz com que se enalteça o orgulho nacional. Nesta conformidade, o autor salienta que, é pois imprescindível que as instituições angolanas criem políticas coerentes e pragmáticas susceptíveis de intensificar o nível de protecção e que valorizem todas as línguas nacionais faladas em Angola, o que contribuirá de forma significativa para a preservar o nosso passado, a nossa tradição e a nossa identidade.

Ainda na perspectiva do autor, as línguas são os principais veículos dos nossos relacionamentos interpessoais e intergrupais. Elas não constituem, unicamente um meio de comunicação, elas são igualmente a expressão da cultura; são portadoras da identidade, dos valores e concepções do mundo. A língua deve ser

¹⁴ Daniel Neto, entrevista concedida no dia 30 de Setembro 2022, as 14:20.

considerada um elemento fundamental do patriotismo e um património nacional a defender.

Na época da colonização, as línguas nacionais constituíram-se como autênticas armas defensivas contra o avanço do colono português. As línguas nacionais faladas pelos nativos erguiam-se como uma verdade barreira aos conquistadores. Nessa época, o português era usado unicamente como língua franca, língua de trocas comerciais, já que a grande maioria se expressava nas línguas africanas (Inverno, sd, p.23).

As línguas nacionais foram usadas como escudo contra a ocupação colonial. A maioria dos combatentes que participaram na luta de libertação nacional falava as suas línguas maternas, sendo estas as línguas de mobilização das massas e, ao mesmo tempo de comunicação dos segredos militares, de acordo com cada região. O aumento de músicas e canções revolucionárias em línguas nacionais é exemplo disso (Chivinga, 2014, p.48).

Segundo Zau (2002), as referidas línguas maternas africanas servem de polo aglutinador e dinamizador de cada uma das culturas específicas a que servem de suporte e não podem, nem devem continuar a ser excluídas, de entre os pré-requisitos indispensáveis ao desenvolvimento do País. Com efeito, pese embora a acção de sentido contrário e altamente meritória conduzida pelas diferentes confissões religiosas que operam em Angola, a política assimilacionista perpetrada pelo colonialismo português, ignorou os saberes dos povos de Angola e inviabilizou ou, pelo menos, dificultou a integração de novos saberes e a sua repercussão no desenvolvimento do País.

Ainda na visão de Zau (2002), a partilha de África, de acordo com os interesses dos diferentes colonizadores e a conseqüente artificialidade das fronteiras entre Estados, vieram dificultar e retardar ainda mais a acção do poder instituído, até porque este, legitimamente empenhado em oferecer igualdade de oportunidades aos cidadãos, caiu na tentação de considerar que todos os angolanos têm à partida os mesmos conhecimentos, quer no plano qualitativo, quer no quantitativo, no que se refere ao domínio da única língua de escolaridade o Português.

2.3 - O Governo e as Línguas Nacionais

Relativamente as línguas maternas, entendemos que o estado deve dar passos significativos para a implementação, consolidação e para uma maior abrangência e flexibilidade da nossa língua comum. Pensamos que só assim, esta língua estará capaz de assumir as contribuições diversificadas das múltiplas formas de expressão e de representação que caracterizam as nossas comunidades Mingas, (2008, p.8).

O estado angolano, falando da valorização quanto as línguas nacionais, tem dado alguns passos. A primeira criação do instituto nacional das línguas nacionais em 1984. E mais tarde o instituto das línguas locais, em 1987. Em segundo lugar, o Estado angolano introduziu no currículo das escolas de formação de Professores as disciplinas de umbundu e Olunyaneka. Tudo isto, Foi estratégias do Estado no sentido da valorização das línguas locais¹⁵.

O estado não tem sido dos melhores, pois nesse momento a língua não é prioridade, pois são poucas as escolas que ensinam as línguas locais, e também a culpa não recai somente ao Estado, a sociedade em si, também poderia começar a dar valor as línguas locais tanto mais que elas representam a alma de qualquer povo¹⁶.

Para Chivinga (2014, p.53), as funções do estado relativamente às línguas nacionais resume-se em valorizar e promover os estudos e o ensino delas. O Estado deve sobretudo valorizar e promover as línguas locais.

A valorização das línguas nacionais deve ser prioridade. Sonhamos com o tempo em que as nossas línguas nacionais sejam valorizadas, em que o enfermeiro de qualquer hospital dentro das fronteiras de Angola, atenda o paciente do quimbo na sua própria língua, que as crianças, de qualquer escola, dentro dos limites fronteiriços de Angola não seja apelidado de “burro” pelo simples facto de não dominar ou falar correctamente a língua portuguesa. Deste modo, é tarefa dos Estado angolano, dar sentido e lugar de destaque as línguas nacionais no sentido de ela ser valorizada e respeitada (Chivinga, 2014, p.58).

¹⁵ Professor Silva Chiti, entrevista concedida no dia 15 de Agosto de 2022, as 13:00.

¹⁶ Carlos Miguel, entrevista concedida no dia 20 de Agosto 2022, as 15:40.

Na perspectiva de Fonseca (2012), os líderes consideravam que a diversidade linguística de seus países não propiciava o nascimento de uma nação unida política e culturalmente e que pudesse dialogar com o mundo, dentro e fora da África, principalmente porque a partir da independência teriam que dialogar com diversas organizações internacionais e diferentes Estados. Assim, viram a limitação que qualquer língua nativa estaria impondo futuramente frente à realidade internacional em que estavam sendo inseridos. Volvidos alguns anos, houve a necessidade de o estado angolano de forma particular olhar com bastante atenção quanto a importância das línguas nacionais para a preservação cultural.

O estado angolano, nos últimos anos tem implementado um dinamismo quanto a materialização das línguas locais nas escolas, tais como, no Magistério Primário, no ensino primário e 1º Ciclo e até mesmo no ensino superior; para que as futuras gerações tenham domínio e saibam valorizar a cultura¹⁷.

Para Hilário (2000) *apud*, Teresa, Sebastião & Bento (2010), a língua é o meio através do qual o ser humano exprime a sua realidade, ou melhor, procura por intermédio desta, uma aproximação à realidade. Portanto, a língua assume um papel forte e de extremo poder. Toda a comunidade espera que o Estado ajude as pessoas a compreender a realidade material, social por meio da língua, com as suas contradições e as suas variedades, para que ela possa atingir a integração na comunidade. Como a língua nacional faz parte da realidade social de cada povo, é importante a valorização desta por parte do Estado angolano para o bem da nossa cultura.

A Constituição da República de Angola de 2010, no seu artigo 19º, “a língua oficial da República de Angola é o português”. Como também, o Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas da comunicação internacional. Dessa maneira, a segunda passagem deste artigo 19º é muito teórica do que prática. Porque nas escolas angolanas dificilmente se estuda em línguas angolanas ou locais. Dessa forma, pensamos nós que, quando falamos de valorizar, não é simplesmente teorizar, mas colocando em prática.

¹⁷ Eurico Miguel, entrevista concedida no 28 de Agosto de 2022 as 15:00.

Segundo Teresa, Sebastião e Bento (2010), o governo de Angola encontra-se já a desenvolver medidas na direcção do desenvolvimento do ensino em línguas nacionais. Segundo o Plano de Acção Nacional de Educação “Para Todos”, o estado pretende reforçar a capacidade institucional para a promoção e generalização das línguas nacionais como meio de ensino; experimentação de três línguas nacionais como meio de ensino; elaboração de programas, manuais, guias e cartazes para uso nas regiões de domínio das línguas trabalhadas”. Apesar do anúncio destas medidas, há ainda um longo caminho a percorrer no sentido de melhorar, de adaptar o sistema educativo às grandes massas escolares.

Embora não é na forma em que devia ser, desde que conquistamos a paz, e a independência, temos notado que tem-se feito alguma coisa, assim como a inclusão das línguas locais nos currículos, visto que, para Angola a língua também está no grupo de valores a resgatar. O Estado devia traçar políticas no sentido de tornar um facto a questão das línguas no sistema de ensino¹⁸.

A este respeito, Lopes (1985), concorda com a urgência em incluir as línguas nativas, línguas bantas, no sistema de ensino mas considera que existe um outro argumento para a hesitação em investir mais na alfabetização dos falantes: Se não procedem assim imediatamente, e se a escolaridade em Angola não começa pelas línguas bantas, para depois passar para a língua veicular, é por razões meramente técnicas, é porque não dispõem de pessoal, de meios, de estudos que permitam o ir imediatamente para a escolarização em cinco, seis, sete, ou oito línguas diferentes. Mas é notável a preocupação do Estado em valorizar as línguas nacionais e dar o significado que lhe é devido.

O atendimento nos hospitais, nos serviços públicos, na justiça e na administração pública é feito apenas em português. Quem não sabe falar, ler e escrever em português fica automaticamente excluído da vida urbana. Timbane e Rezende (2016) por exemplo, asseveram que a língua portuguesa é usada como instrumento de opressão, de segregação e de humilhação social, política e económica. Na perspectiva destes autores, o português oprime.

¹⁸ Augusto dos Santos, entrevista concedida no dia 23 de Outubro de 2022, as 15:00.

Essa situação de exclusão linguística que afecta o lado económico e social não se verifica apenas em Angola mas também em outras partes deste mundo. Mas estes problemas de atendimentos nos hospitais, nas administrações públicas etc. São situações que devem ser acauteladas pelo Estado angolano, no sentido de dar mais importância as línguas locais.

O estado angolano valoriza as línguas locais, através das notícias em línguas nacionais, da Rádio Ngola Yetu, TPA e em músicas em línguas nacionais que têm passado nestes canais televisivo. A implementação das línguas nacionais nas escolas públicas e privadas, é uma outra forma que o Estado tem feito para dar credibilidade as línguas locais¹⁹.

Segundo Bengui e Timbane (2020), as línguas estão envolvidas num complexo fluxo espaço/temporal de mudanças, de substituições, de aparecimentos, de desaparecimentos, de conservação e de inovação. Partindo de uma visão geral, a língua constitui um património cultural de todos os povos do mundo, não interessa o grau de escolaridade dos falantes nem das crenças e culturas. É este património cultural que o Estado angolano deve preservar e dar cada vez mais destaque.

Podemos afirmar que é da responsabilidade do Estado procurar garantir às comunidades linguísticas o perfeito conhecimento das línguas locais, pois ensinar os seus antropónimos é contribuir para o desenvolvimento dessas comunidades linguísticas, preservando um património comum que é a língua, qualquer que ela seja.

2.3 A Valorização das Línguas Nacionais no Processo de Ensino-aprendizagem

Falando relativamente a valorização das línguas nacionais no processo ensino-aprendizagem, importa antes demais e sobretudo, fazermos uma retrospectiva do posicionamento do regime colonial quanto as línguas locais.

Tal como afirma Coelho (2004):

¹⁹ Osvaldo Mendes Tchinhama, entrevista concedida no dia 15 de Setembro de 2022, as 11:20.

A política de colonização linguística ensaiada pelo regime impediu que houvesse progressos no que respeita à interatividade salutar entre as línguas em contato. Assim, como Sebastião Coelho refere, as línguas nacionais durante a época colonial estavam confinadas ao seu âmbito regional, além de restringidas eram desqualificadas para uso nos meios urbanos de tal forma que a população urbana tinha vergonha de expressar-se na sua própria língua (Coelho, 2004, p.23).

Não tem havido muito esforço quanto a valorização das línguas locais no processo ensino-aprendizagem, visto que a nossa política linguística é monolíngue e isto cria, no dizer do Professor Imam Panzo “Perigo do ensino monolíngue em contexto plurilíngue²⁰”.

Para Castro (1978), apesar de que tenha havido estudos no sentido de fortalecer o papel exercido pelas línguas nacionais, ainda se colocam grandes desafios às comunidades linguísticas. Esta questão está inteiramente ligada aos reflexos da política linguística colonial em relação às línguas locais, época em que foram sujeitas à exclusão e proibidas de serem veiculadas. Contudo, o esforço que tem sido feito para inverter o quadro que ainda prevalece é o de desenvolver o programa do sistema de educação que corre no sentido de trazer as línguas nacionais ao contexto do conhecimento científico.

Para Das Mangas (2019), o ensino das línguas nacionais em Angola, remonta logo após a independência, com a sua aplicação na alfabetização. A falta de bibliografia e seminários especializados são outros factores de obstáculos para o processo de ensino e aprendizagem formal das línguas nacionais. A aplicação das línguas locais, dentro do processo ensino aprendizagem foi fundamental, mas a verdadeira valorização desta, passa simplesmente em colocar em prática. Ou seja, não basta colocar nos currículos, é necessário que passe a se ensinar as línguas locais.

A inserção das línguas locais no processo de ensino, chega a ser importante e positivo, pois que é necessário a transmissão dos aspectos culturais nas crianças,

²⁰ Professor Silva Chiti, entrevista concedida no dia 12 de Setembro de 2022, as 12:20.

e a língua local, como elemento da cultura, desempenham uma posição indispensável²¹.

Para Bernardo (2018), na tentativa de valorizar as línguas nacionais foi criado, em 1979, o Instituto Nacional das Línguas, que se responsabilizava pelas investigações sobre o estado das línguas nacionais. A designação da instituição foi alterada, em 1983, e passou a designar-se Instituto de Línguas Nacionais. De forma a uniformizar a grafia das línguas no território nacional, em 1987, criam-se os alfabetos das línguas kikongo, kimbundu, umbundu, cokwe, nbunda e oxikwanyama, derivados de um estudo que visava à criação de códigos linguísticos que facilitassem a leitura e escrita a todos os interessados e que se estimulassem a produção de obras literárias em línguas nacionais.

Segundo Chicumba (2019), no que diz respeito aos benefícios concretos do ensino das línguas nacionais no processo do desenvolvimento socioeconómico do país, tivemos em conta que as línguas nacionais traduzem o valor moral, intelectual, histórico e cultural da sociedade angolana.

Retomando as ideias de Chicumba (2019), as línguas representam a expressão de um conjunto de manifestações materiais e imateriais que a língua portuguesa, por si só, não pode exprimir. Esses aspectos dizem respeito, por exemplo, a topónimos, hidrónimos, fauna e flora que têm uma designação nas línguas nacionais e que necessitam de traduzibilidade para serem compreendidos. Deste modo, o ensino das línguas nacionais, também permite o envolvimento directo das comunidades, porque possibilita a participação do cidadão formado directamente na gestão local.

Quanto ao ensino das línguas, achamos que o seu principal objectivo deve ser facilitar a construção de conhecimento e a aquisição de saberes sobre os textos e as comunicações orais que fazem parte da sociedade onde as crianças, jovens ou adultos estão inseridas, para a língua materna, ou de sociedades ou contextos apropriados, para a língua estrangeira. Desta forma, o ensino deve ser caracterizado pela ênfase dada à aprendizagem resultante de experiências

²¹ Daniel Neto, entrevista concedida no dia 13 de Setembro de 2022, as 15:40.

colhidas em situações concretas e experiências vividas pelo próprio educando (Curado, 2005, p. 26, *apud* sita, 2019, p.37).

Quanto à questão da língua, Oliveira e Mesquita (2019), afirmam que, é sabido que hoje vários povos perderam completamente seus idiomas, motivo que desencadeou iniciativas de vários grupos para a revitalização e valorização das línguas locais, por meio de projectos de ensino das línguas, do teatro e da criação de escolas bilíngues.

Essa ideia de Oliveira e Mesquita, é interessante, porque dá a possibilidade de resgatar e valorizar as línguas locais.

Retomando as abordagens de Chicumba (2019), a formação dos indivíduos é uma ferramenta poderosa para promover a aproximação e integração na sociedade de forma consciente. É por intermédio da formação que se pode desenvolver a consciência para o exercício de uma cidadania participativa, para a compreensão de fatores como a intercultural idade e o multilinguismo e, sobretudo, para a mentalização sobre o verdadeiro âmbito de um estado-nação, harmonizando as relações sociais entre diferentes.

Assim, podemos compreender que a partir dessas acções o que Walsh (2013) denomina de pedagogias de coloniais, na qualidade de mecanismo, práticas e metodologias de organização e acção, empregadas para subverter a dominação colonial, que ainda se encontra presente na actualidade, em virtude de todo pensamento centrado na “ideia colonial”.

Quando falamos de inserção das línguas nacionais no processo ensino-aprendizagem, não pretendemos dizer que as crianças sejam obrigadas a aprender as línguas que não desejam aprender; pelo contrário, pretende-se que os direitos linguísticos dos angolanos sejam respeitados, reservados e que as nossas línguas contem com dicionários e gramáticas, assim como as demais línguas²².

²² Professor Silva Chiti, Entrevista concedida no dia 10 de Outubro de 2022, 13:20

Sabe-se da política e do planeamento linguístico feito pelos angolanos no período pós-colonial que privilegiou o português deixando de lado as diversas línguas africanas.

Aliás, as constituições de 1975, 1992 e 2010 são prova disso. O perigo de extinção das línguas angolanas já não é do sistema colonial. Os colonos saíram de Angola em 1975 e deixaram os destinos do país com os próprios angolanos. Se os angolanos não se preocupam em resgatar, preservar, ensinar, promover e descrever as suas línguas locais já não é culpa dos portugueses. A culpa é dos políticos angolanos que adoptam políticas linguísticas falhadas (Bengui e Timbane, 2020, p.205).

Contudo, deve-se repensar na ideologia escolar e preservar a identidade do indivíduo no interior da sua comunidade cultural e linguística, isto é, que o ensino-aprendizagem veicule valores culturais e tradicionais que envolvem valores da sociedade em que ele se insere por meio do ajuste dos programas curriculares de modo a facilitar a sua aprendizagem.

2.4. A Língua Como Factor de Identidade

Segundo Bernardo (2018), a construção da fronteira territorial e linguística em Angola e nos demais países da África começa com a Conferência de Berlim (1884), que tinha como objectivo dividir e dominar a África de forma a efectivar a exploração. Os países colonizadores, em função dos seus interesses económicos, não consideraram a riqueza sociocultural, as línguas e os valores de identidade, mas sim promoveram a divisão política artificial que desrespeitou as fronteiras existentes entre etnias e culturas. Dividiram entre si o continente africano e Portugal, por sua vez, tomou Angola e a transformou numa colónia.

Fiorin (1997), atesta que a língua mostra uma visão de mundo, e pode ser considerada, contudo, uma manifestação de uma cultura, ao necessitar dela para lhe dar suporte. A língua, nesse sentido, ao influenciar uma dada cultura e também por ela ser influenciada faz a vez de traço identitário de uma nação com vistas a conferir-lhe um espaço simbólico de identificação. Sabe-se que a língua é um dos traços culturais adquiridos em virtude de um indivíduo integrar um dado grupo social ou comunidade linguística.

Assim, acreditamos que muito se tem a explorar no que diz respeito à relação entre cultura e língua, em face da construção de uma identidade cultural. A construção da identidade ou das identidades se dá ao longo da vida do indivíduo, uma vez que ele passa por processos de identificação continuamente.

Para Le Page (1980), a língua se institui expressão da união de um povo e, conseqüentemente, factor de unificação e criador de consciência nacional, as fronteiras culturais podem existir, mas não corresponder necessariamente às fronteiras políticas. A língua constitui-se em uma actividade essencialmente social. O facto de a língua ser condicionada e modelada pela realidade social e cultural faz dela também um índice por excelência de identidade, posto ser ela um determinante territorial e cultural de um determinado povo.

Na perspectiva de Hobsbawn (1998), a língua representa o mundo em que vivemos e, num processo circular, o mundo que vivemos é representado pela linguagem. Se a linguagem permite-nos fazer leituras diferentes e particulares do mundo e seu entorno, isso implica dizer que a forma com a qual lidamos e interagimos em sociedade influem nas manifestações linguísticas e conseqüentemente culturais. Pode ser a partir da manifestação cultural em circunstâncias colectivas que nos auto-identificamos.

A identidade humana não é obtida de uma vez por todas no nascimento: ela se constrói na infância e, doravante, deve se reconstruir ao longo da vida. O indivíduo nunca a constrói sozinho; ela depende dos julgamentos dos outros quanto suas orientações e das definições de si. A identidade é ao mesmo tempo estável e temporário, individual e colectiva, subjectiva e objectiva, biográfica e estrutural, dos vários processos de socialização que constroem os indivíduos e definem as instituições (Dubar, 1991, p.07).

Já para Severo (2014), as línguas nacionais, suporte e veículo das heranças culturais, exigem um tratamento privilegiado, pois que constituem um dos fundamentos importantes da identidade cultural do povo angolano. Embora se tenha verificado algumas tendências para a promoção e valorização das línguas nacionais, na prática evidencia-se o contrário: as diversidades culturais e

linguística passaram a ser vistas como práticas insignificantes, o que possibilitou a língua colonial continuar a ser um meio de opressão, tornando-se uma fonte de desumanização para os falantes das línguas nacionais.

É necessário, portanto, que o Estado crie políticas no sentido de resgatar e revalorizar a identidade sociocultural e linguística do país. Assim, o resgate das línguas reaviva a identidade étnica e recupera as memórias históricas. A marginalização das línguas nacionais promove o silenciamento dos seus falantes nos seus variados contextos, o que contribui ainda mais para o seu apagamento. É necessário que se desfaça a concepção “estigmatizadora” que o Estado criou em torno das línguas nacionais e se compreenda que elas constituem repositórios de saber, e que a sua perda representa uma perda de saber para a humanidade (Bernardo, 2018, p.54).

O silenciamento de práticas comunicativas de diferentes grupos pode ser considerado um exemplo de um acto de repressão que reflete os efeitos do poder que toma determinadas posições que venham a favorecer alguns e prejudicar outros. As línguas locais, constituem sem dúvida alguma, um factor de identidade. Elas são parte da história, da cultura e da memória dos povos (Saviani, 2012).

Ainda segundo Bernardo (2018), na sociedade tradicional africana o mais velho é tido como uma biblioteca, um sábio que carrega consigo conhecimentos e experiências; sua perda se torna uma espécie de queima de um arquivo. Ele desempenha um papel preponderante na transmissão das tradições, dos valores socioculturais e das sabedorias narradas por meio da oralidade. O mais velho foi perdendo espaço de representatividade como fonte de conhecimentos que eram transmitidos através de histórias, lendas, provérbios, canções, etc., especialmente com o advento da chamada modernidade.

Segundo Reis (2011), com a colonização e as políticas “modernistas” do estado, os jovens urbanos tendem a marcar sua identidade usando os idiomas de maior comunicação e visibilidade econômica, além de serem sensíveis à influência das políticas do Estado. Diante disso, os jovens tendem a desconsiderar a importância dos conhecimentos veiculados pelos mais velhos como fonte de sabedoria.

Para Martin (2002), a construção da identidade é marcada também por assimetrias de poder e por processos de inclusão e exclusão, o que eu sou, o que

o outro não é, quem é igual a mim e quem é diferente de mim. A questão da linguagem e os sistemas simbólicos estão directamente implicados na construção da identidade.

A língua é elemento essencial de identidade cultural, temos que mantê-las vivas e para tal temos de fazer o trabalho que o colono não podia fazer, o trabalho para mantê-las vivas (Nfuwa, 2017, *apud* Bernardo, 2014). A língua perpassa tanto a cultura quanto a identidade e é também por elas perpassada, o que faz com que a relação entre estes três conceitos seja imanente, visto que não há cultura sem língua e que a identidade se constrói por meio da língua e da cultura.

Se compreendermos a cultura como “o complexo de valores, costumes, crenças e práticas que constituem o modo de vida de um grupo específico” um modo de vida que é guiado pela língua, e se compreendermos que, ao longo da vida, a pessoa passa por vários processos de identificação e desidentificação com aquilo que o interpela, então, entenderemos que língua, e identidade são conceitos intrinsecamente ligados, uma vez que é por meio da língua que a cultura se constitui e é difundida e é também por meio dela que ocorrem os processos de identificação (Eagleton, 2005, p. 55).

Coelho (2013), diz que a relação entre língua, identidade é imanente, porque não há cultura sem língua e que a identidade é construída por meio desta. A língua, assim como a identidade também sofrem transformações, por inserir-se na teia das relações sociais. Frente às mudanças que atingem vertiginosamente a sociedade em todos os sectores, ela não poderia isentar-se desse movimento. A língua identifica o indivíduo como parte de uma sociedade, inserindo-se, no entanto, na cultura desta sociedade. O indivíduo, enquanto integrante dessa sociedade, compartilhando sua cultura, está em constante processo de construção identitária.

Timbane (2018), argumenta que a língua considerada como um factor de identidade cultural foi proibida no tempo colonial porque quem desejasse ser assimilado tinha que abandonar por completo os usos e costumes dos povos africanos, ser monogâmico, saber ler e escrever e falar em português. Portanto, nascemos e crescemos numa época em que a mentalidade ainda continua sendo colonizada eurocentricamente. Esse comportamento relega as realidades

africanas, camufla a riqueza cultural e eleva acultura europeia. É tendência real o angolano valorizar a cultura europeia e renegar a sua própria identidade cultural.

Ainda na visão de Abdula e Souza (2020), a situação em que se encontra as línguas africanas hoje resulta das políticas linguísticas adotadas durante o período colonial, princípios que se refletiram no período após independência dos países africanos. No período colonial, a única língua reconhecida pela administração colonial era a língua portuguesa; as línguas africanas não tinham o mesmo direito de serem reconhecidas como línguas. Mesmo após as independências, essas mesmas línguas não tiveram o devido tratamento, nem o devido reconhecimento, o português continuou a ser língua oficial de Angola e de Moçambique, única com direito em instituições públicas.

Portanto, a partir do enunciado acima referido, podemos concluir que a inter-relação entre cultura, língua e identidade, até porque a cultura só se constrói por meio da língua e, ao produzir sentidos sobre algo, constrói identidades. Essas identidades construídas, só adquirem significado com base em um conjunto de atributos culturais que se ligam reciprocamente e que se sobressaem com relação a outros atributos

2.5 - Política Linguística no Pós-Independência

Miguel (2014), diz que depois da independência, a opção linguística do governo angolano foi, de transformar a língua portuguesa em instrumento de unidade nacional, impondo-a como obrigatória nos sectores mais actantes tais comi: educativo, na informação, no sistema judicial e jurídico, na administração pública em geral. Esta decisão correspondia às realidades do povo angolano.

Ainda segundo Miguel (2014), a adopção da língua portuguesa para este papel não significa o menosprezo das línguas locais, pelo contrário, o seu valor como veículo da cultura, foi reconhecido. Desde a primeira hora, Agostinho Neto, primeiro presidente de Angola, referia “o uso exclusivo da língua portuguesa como língua oficial, veicular e utilizável na nossa literatura, não resolve os nossos problemas. Tanto no ensino primário, como provavelmente, no médio, será preciso utilizar as nossas línguas locais”.

Sacalembe (Sd), diz que as políticas construídas pelo Estado com o objetivo de administrar uma nação, definem, decidem e escolhem o que se acha melhor para uma determinada comunidade. Diante dessa realidade, de maneira estratégica, os órgãos superiores em Angola determinaram e estabeleceram alguns limites às línguas nacionais, quando se decretou de forma institucional e legal a Língua Portuguesa como língua oficial de comunicação nacional.

Silva (2010), nos explica que, na visão das elites africanas, as línguas autóctones careciam de uma notoriedade, de um destaque internacional, diferente das línguas europeias. No caso angolano, a língua portuguesa era entendida como um idioma que albergava um reconhecimento e que já dialogava com o mundo afora. Portanto, o fator futuro serviu como um gatilho que impulsionou a nova elite angolana a aceitar e empregar a herança linguística deixada pelo colonizador.

Ainda na perspectiva de Sacalembe (Sd), as novas elites Angolanas implementaram, dessa forma, a política do colonizador que tinha como cerne o epistemicídio e o lingüicídio das línguas nacionais de Angola, dando seguimento ao projeto inacabado sistematizado pelos protagonistas portugueses. O epistemicídio da língua não remete exclusivamente a invisibilidade da sua fala, mas também envolve asfixiar figurativamente a personalidade e a identidade de seres humanos que falam essa língua. Esta imposição linguística provoca uma ruptura, uma colisão entre a língua e o próprio falante.

Calvet (1995), focaliza relações de poder e dominação em países africanos que têm o francês como língua oficial, língua que domina sobre as línguas africanas. Esses autores mostram que a dominação linguística reflete as dominações sociais. No contexto do colonialismo e ainda após o fim do colonialismo, nos países latino-americanos, as línguas dos colonizadores dominam sobre as línguas locais e refletem assimetrias sociais herdadas do sistema colonial.

A compreensão das políticas linguísticas e dos conflitos geradores e decorrentes dessas políticas remete-nos à constituição do Estado-Nação e à construção da unidade e da identidade nacionais. Como vimos anteriormente, a construção do nacionalismo estatal requer que o poder institucional do Estado conquiste a

lealdade dos cidadãos; além disto, requer que engendre formas de, concomitantemente, manter essas lealdades e reprimir grupos que procurem subtraí-las do Estado. As políticas linguísticas constituem um dos instrumentos institucionais de controlo do Estado sobre eventuais tentativas de construção de novas identidades e lealdades que tenham como mote as línguas.

Ribeiro (2011), diz que a política linguística diz respeito às metas estabelecidas a nível local ou governamental para a língua ou para as línguas existentes em uma sociedade ou em um determinado contexto, enquanto planeamento linguístico refere-se aos processos de operacionalização de uma política linguística.

CONCLUSÕES E SUGESTÕES

CONCLUSÕES

Terminada a nossa pesquisa sobre o contributo da igreja adventista do 7º dia para a valorização e promoção da língua umbundu: um estudo de caso junto a comunidade religiosa do templo central na cidade do Lubango, concluímos que:

Ao longo de sua história, a Igreja Adventista do Sétimo Dia (IASD) tem sido desafiada a se adaptar ao dinamismo das necessidades dos seus fiéis na valorização de factores culturais, tais como as línguas nacionais. No passado, diante de um desafio para dialogar com os fiéis, costumou recorrer a mudanças em sua estrutura administrativa, como a implantação de um novo departamento ou ministério, e investir na produção de matérias, especialmente revistas em línguas nacionais.

Outrossim, vimos que o ambiente eclesiástico é resultante de factores intrínsecos e extrínsecos e comunicam os valores da comunidade religiosa do sétimo dia central do Lubango em buscar um dos seus objectivos que é a valorização das línguas nacionais; pois, mensuram as relações entre religião e sociedade que são formadas por meios institucionais e também valores individuais motivados pela acção social.

As instituições religiosas concretamente a igreja do sétimo dia central do Lubango e os membros afectos englobam um conjunto de organizações filantrópicas que possuem características próprias por vezes se diferenciando até mesmo das outras quando é retratado dentro delas a abrangência de actuação, ou pelo menos é o que rege seus estatutos e sua missão no empenho e no respeito pelas línguas nacionais.

A reflexão que visa alcançar vias que tentem dar um lugar justo à generalidade das línguas nacionais, servindo também como um marco importante de contributo para o reconhecimento da sua relevância no contexto nacional, principalmente no seu ensino, mesmo estando ainda um pouco distante do alcance desse desiderato. Portanto, a importância das línguas nacionais dentro da igreja adventista do sétimo dia tem sido visível, pois que as suas canções, as orações nas línguas locais têm sido ensinadas tal como vimos durante o nosso presente trabalho.

SUGESTÕES

De acordo a nossa pesquisa e os resultados que obtivemos, sugerimos:

Que as instituições religiosas de forma particular a igreja do sétimo dia central do Lubango não podem permanecer fechadas em si mesmas, alheias ao ambiente à

Que os membros da igreja do sétimo dia se empenhem mais nos assuntos que tem a ver com a valorização das línguas nacionais para maior salvaguarda da nossa cultura e da sua preservação.

Que a direção da igreja central do sétimo dia do Lubango de forma geral desempenham um papel no acompanhamento dos seus fiéis, para que tenham conhecimento das línguas locais.

Que esta denominação religiosa procure contextualizar a sua mensagem para esse tempo e manter um diálogo aberto com os seus membros no sentido de dar importância as línguas nacionais. Pois, não se pode dar ao luxo de negligenciar o uso da comunicação, principalmente quando falamos das línguas locais.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA

ABRAÃO, T. (2002) *Método de Aprendizagem da Língua Nacional Nyaneka-Humbi e Português*. Comissão Arquidiocesana de Cultura.

ANDERSON, (2008) *Desenvolvimento Cognitivo Antropológico*. Uiversidade de Cambridge.

BERNARDO, E. (2018) *Política linguística para o Ensino bilíngue em Angola*.

BRÁS, M. e GOÇALVES, (2017) *O Umbundu no Poliedro Linguístico Angolano: Língua Portuguesa no Entrelaçamento do Colonialismo e Pós-Colonialismo*.

BRANCO, L. (2013) *O Mito das Fronteiras Em África*. Universidade Lusíada, Política Internacional.

CONEGERO, D. (2020) *Estudar a Bíblia*. São Paulo

CHIVINGA, A. G. (2014) *Que Futuro Para Nacionais Angolanas*. Ed. Centro de Produção artes e culturas.

CASTRO, I. (2007). *Língua Oficial in Fernando Cristóvão* (coord.) Dicionário Temático da Lusofonia. Lisboa: Texto Editores, Lda. 2ª Edição.

COSTA, R. (2014) *Colonialismo e gênero entre os Ovimbundu: relações de poder no Bailundo (1880-1930)*. Brasília

CASAROTTO, A. & DILL, T. (2006) *Metodologia Científica*. Universidade do Oeste de Santa Catarina.

COELHO, S. (2004). *Língua Oficial e Línguas Nacionais*. Biblioteca Virtual, (Luanda).

COMAROFF, L. (1997) *Of revelation and Revolution: Christianity, colonialism and consciousness in South Africa*. Chicago: The University of Chicago Press.

CALVET, J. (2002) *Sociolinguística: uma introdução crítica*. São Paulo: Parábola

CORREIA, P. (2010) *Manual de Geopolítica e Geoestratégia - volume II: análise Geoestratégica do mundo em conflito*. Coimbra: Almedina.

CHIVINGA, (2014)

CHICUMBA, M. (2019) *A educação Bilingue em Angola: E o lugar das Línguas Nacionais*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras

DUBAR, C. (1991) *A Socialização. Construção das Identidades Sociais e Profissionalismo*. Paris: Armand Colin.

NDOBELE, (2017) *Reflexões sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. Revista científica*.

NGUNGA, A. (2012), Madalena Citia. Gramática descritiva da língua Changana. Maputo: CIEDIMA.

EAGLETON, T. (2005) *A ideia de Cultura*. São Paulo: Ed. Unesp.

FIORIN, J. L. (1997) *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática

FIRMINO, G. (2006). *A «Questão Linguística» na África Pós-Colonial: o caso do português e das línguas autóctones em Moçambique*. Maputo: Textos Editores.

FERRAZ, M. J. (2006), *Ensino da Língua Materna. O Essencial sobre a Língua Portuguesa*. Luanda: Nzila.

DIAS, J. e FILHO, W. (2015) *O colonialismo em África e seus legados: classificação e poder no ordenamento da vida social*.

FERRO, M. (1996) *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras.

FONSECA, J. (2012) *As línguas nacionais e o prestigioso português em Angola*. Universidade Estadual Paulista

GIL, A. (2008) *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª Edição, Atlas

- GOMES, S. (2014) *Relações entre Língua oficial e línguas locais na Escola: como as crianças de aldeias de Cabinda/Angola aprendem o português e em Português*.
- HAGÈGE, C. (2000) *Não à morte das línguas*. Tradução de Joana Chaves. Lisboa: Stória Editores, Lda.
- HELENA, B. (2002) *Antropologia cultural*. Madrid, Alianza.
- HOBBSAWN, E. (1998) *Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra
- INVERNO, G. (S/d) *A Literatura africana e a Crítica Pós-Colonial*.
- JOAQUIM, P. e S. LUÍS (2015) *Umbundu e Português: Uma Pedagogia Preventiva*. Editora das Letras.
- KI-ZERBO, J. (2006) *Para quando a África?* Rio de Janeiro: Pallas.
- LOPES, O. (1995). *Intervenção no debate a propósito da comunicação de M.H.M.*
- LE PAGE, R. (1980) *Projection, Focusing and Diffusio*. York Papers in Linguistics.
- LUKAMBA, A. (2017) *A Globalização e Os Conflitos no Sul*. 3ª Ed
- MOURA, G. (2015) *Manual Técnico de Metodologia Científica: Como desenvolver Pesquisas e Redigir Trabalho em Cursos de Graduação e Pós-Graduação*.
- MEIRA, M. (2007). "A Componente Cultural e o Ensino de uma Língua não Materna.
- MEMMI, A. (1989) *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- MARKONI, E. e LAKATOS, M. (2011) *Metodologia de Investigação Científica*. São Paulo
- MUDIMBE, V (1988) *Discourse of power and knowledge of otherness. In: The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of Knowledge*. Bloomington: Indiana University.

MARTINS, R. (2010) *Como tornar agradável a Elaboração de Trabalhos académicos*. Ed. Juria

MESQUITA, I. M. & OLIVEIRA, V. M. (2019) *O projeto assimilacionista português: o diretório pombalino sob um olhar decolonial*. V. 44 nº1

NETO, J. (2004) *Pesquisa para o Planeamento: Métodos e Técnicas*. Rio de Janeiro

NDOMBELE, E. (2017) *As Reflexões sobre as Línguas Nacionais no Sistema de Educação em Angola*. Instituto Superior de Ciências da Educação. Uíge

REIS, E. (2011) *Pós-Colonialismo, Identidade e Mestiçagem Cultural*. Belo Horizonte: UFMG

SMITH, A. (1997) *Identidade Nacional*. Tradução de Cláudia Brito. Lisboa: Edição Gradiva.

Sacalembe, J. (Sd), *O Silenciamento Da Língua Angolana Umbundu*.

SOW, A. *Et all*, (1977) *Introdução à Cultura Africana*. Biblioteca dos Estudos Africanos.

SANTANA, J. (2012) *Língua, cultura e identidade: a língua portuguesa como espaço simbólico de identificação no documentário: língua vidas em português*.

SABONETE, F. (2010) *Construção do Estado Nação-Angolana nas Relações Inter-Étnica, Nhaneka-Humbi na Guerra Civil*. Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, B. (2010), *Política Linguística na África: Do passado colonial ao futuro global*. Revista África e Africanidades.

SAVIANI, D. (2012) *Escola e Democracia*. Sao Paulo: Autores Associados.

SEVERO, C. BENTO S. e JOSÉ, P. (2014) *Estão as Línguas Nacionais em Perigo?* Lisboa: Escolar Editora.

SMITH, G. (1990) *O Império português (1825-1975)*. Lisboa: Editorial Teorema

SITA, F. (2019) *A Língua Umbundu no Ensino Primário em Angola. Uma Abordagem Ecológica Escola.*

TERESA, C. SEBASTIÃO, J. BENTO, F. (2010) *Contributo Para Uma Caracterização Linguística do Luandense.* Universidade de Aveiro

WALSH, C. (2017) *Pedagogias decoloniais: Práticas insurgentes de resistir.* Tomo II.

VIEGAS, M. (2007) *Religiões em Angola, in Fernando Cristóvão (org.) Dicionário Temático da Lusofonia.* Lisboa: Texto Editores, Lda. 2ª Edição.

VERDELHO, T. (2008). *O encontro do Português com línguas não europeias.* Lisboa: BNP.

WALSH, F. (2013) *A face exposta da língua portuguesa.* Lisboa: Imprensa Nacional.

UKWATCHALI, J. A. (2009), *Antropologia da Responsabilidade para a Humanidade do Terceiro Milénio a partir de África.* Milano: Vita e Pensiero.

ZAU, F. (2002). "O Bilinguismo e o Multiculturalismo: a realidade sociocultural que não devemos ocultar." Faculdade de Letras

Outras Fontes

Artigos

ÃNÇA, P. (2014) *Papel da língua na manutenção da paz.*

COELHO, S. (2004). *Língua Oficial e Línguas Nacionais.* Biblioteca Virtual, (Luanda).

COELHO, L. (2013) *Língua, Cultura e Identidade: Conceitos intrínsecos e interdependentes.* V.4 nº1. Revista Entre Letras.

TIMBANE, A.REZENDE, M. (2016) *A língua como instrumento opressor e libertador no contexto Lusófono:* Travessias. v. 10, n. 3, 28. ed.

BENGUI, M. e TIMBANE, A. (2020) *Os “segredos” socioculturais por detrás dos nomes da etnia Bakongo: A língua e a cultura em Debate*. Revista de Ciências Sociais. Fortaleza, v. 50,nº3

DAS MANGAS, M. B. (2019) *Dicionário Web Português Umbundu*.

CHAVES, R. (2005) *Angola e Moçambique: o lugar das diferenças nas identidades em processo*. In: *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Ateliê editorial.

MAQUÊA, V. (2007) *Literaturas de Língua Portuguesa - Marcos e Marcas*. Arte & Ciência.

MARTIN. D. (2002) *Tópicos em Sociolinguística I (notas de aula)*. PROLING/ Universidade Federal da Paraíba: João Pessoa

SILVA, T. (2000) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes.

Dissertações de Mestrado

AFONSO, M. (2020) *Antroponímia em Língua Umbundu no Bié: Nomes portugueses e umbundu*. Faculdade de Letras. Lisboa

NDAWANAPO, T (2010) *As influências religiosas e Educativas da Igreja Evangélica Luterana de Angola no seu contexto ontem e hoje*. Escola Superior de Teologia programa de pós-graduação em teologia.

Documentos oficiais

ANGOLA. *Constituição da República de Angola*. Luanda: Assembleia Nacional. 2010.

Manual de línguas nacionais da Arquidiocese do Lubango, Paróquia de nossa das Dores.

Lista dos entrevistados

Silva Chiti, entrevista concedida no dia 23 de Outubro de 2022, as 12:00

Pastor Domingos Moisés, entrevista concedida no 17 de Outubro de 2022 as 14:40

José Samahina, entrevista concedida no dia 15 de Outubro de 2022, as 13:00

Mateus Capapelo, entrevista concedida no dia 20 de Outubro de 2022, as 15:40

Serafim Fernando, entrevista concedida no dia 18 de Outubro de 2022, as 13:40

Fernando Garcia, entrevista concedida no 19 de Outubro de 2022, as 14:20

Daniel D. Zeferino, entrevista concedida no dia 22 de Outubro de 2022, as 12:40

Daniel Neto, entrevista concedida no dia 30 de Setembro 2022, as 14:20.

Professor Silva Chiti, entrevista concedida no dia 15 de Setembro de 2022, as 13:00

Carlos Miguel, entrevista concedida no dia 20 de Setembro 2022, as 15:40

Eurico Miguel, entrevista concedida no 28 de Setembro de 2022 as 17:00

Augusto dos Santos, entrevista concedida no dia 23 de Outubro de 2022, as 15:00

Oswaldo Mendes Tchinhama, entrevista concedida no dia 15 de Setembro de 2022, as 11:20

ANEXOS

